

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	8
DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010	9
Demonstração do Valor Adicionado	10
Comentário do Desempenho	11
Notas Explicativas	28

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	83
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	3.922.515.918
Preferenciais	0
Total	3.922.515.918
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2008	Dividendo	29/12/2008	Ordinária		0,00001
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	29/04/2009	Dividendo	30/10/2009	Ordinária		0,00002
Reunião do Conselho de Administração	17/11/2009	Dividendo	30/11/2009	Ordinária		0,00005
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	30/04/2010	Dividendo	21/06/2010	Ordinária		0,00003
Assembléia Geral Ordinária	29/04/2011	Dividendo	31/12/2011	Ordinária		0,00001

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	4.423.694	4.313.606
1.01	Ativo Circulante	724.122	737.482
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	29.745	37.568
1.01.02	Aplicações Financeiras	148	25.614
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	148	25.614
1.01.02.01.01	Títulos para Negociação	148	25.614
1.01.03	Contas a Receber	548.057	508.287
1.01.03.01	Clientes	548.057	508.278
1.01.03.01.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	685.213	636.822
1.01.03.01.02	(-) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-176.918	-169.057
1.01.03.01.03	Consumidores de Baixa Renda	14.779	14.234
1.01.03.01.04	Ativos Regulatórios	3.144	3.181
1.01.03.01.05	Cauções e Depósitos	21.839	23.098
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	0	9
1.01.03.02.01	Parter Relacionadas	0	9
1.01.04	Estoques	2.356	38
1.01.06	Tributos a Recuperar	64.214	62.014
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	64.214	62.014
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.404	604
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	76.198	103.357
1.01.08.03	Outros	76.198	103.357
1.02	Ativo Não Circulante	3.699.572	3.576.124
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.120.777	1.104.017
1.02.01.03	Contas a Receber	28.074	20.842
1.02.01.03.01	Clientes	28.074	20.842
1.02.01.06	Tributos Diferidos	394.552	405.849
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	394.552	405.849
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	682	715
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	682	715
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	697.469	676.611
1.02.01.09.03	Tributos a Compensar	73.407	80.237
1.02.01.09.04	Depósitos Vinculados a Litígios	145.629	143.450
1.02.01.09.05	Cauções e Depósitos	26.452	36.006
1.02.01.09.06	Ativo Indenizável (Concessão)	451.981	416.918
1.02.03	Imobilizado	38.748	40.771
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	25.020	27.148
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	13.728	13.623
1.02.04	Intangível	2.540.047	2.431.336
1.02.04.01	Intangíveis	2.540.047	2.431.336
1.02.04.01.02	Software	33.031	36.278
1.02.04.01.03	Direito de Uso de Concessão	2.507.016	2.395.058

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	4.423.694	4.313.606
2.01	Passivo Circulante	1.143.765	1.057.712
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	21.409	25.833
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	21.409	25.833
2.01.02	Fornecedores	201.689	274.569
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	201.689	274.569
2.01.03	Obrigações Fiscais	45.535	60.634
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	36.812	43.418
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.886	13.469
2.01.03.01.02	PIS e COFINS a Pagar	25.173	29.375
2.01.03.01.03	Outras Obrigações Fiscais	3.753	574
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.776	14.984
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	947	2.232
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	574.125	450.098
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	364.323	247.319
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	364.323	247.319
2.01.04.02	Debêntures	209.802	202.779
2.01.05	Outras Obrigações	301.007	246.578
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	101.353	94.018
2.01.05.02	Outros	199.654	152.560
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	28.908	28.908
2.01.05.02.04	Dividendos Adicionais Propostos	22.967	0
2.01.05.02.05	Taxas Regulamentares	21.274	23.467
2.01.05.02.06	Parcelamento Especial	7.094	6.988
2.01.05.02.07	Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética	57.568	77.065
2.01.05.02.08	Obrigações com Contribuição de Iluminação Pública	17.634	7.267
2.01.05.02.09	Passivo Regulatório	23.764	5.671
2.01.05.02.10	Outras Obrigações	20.445	3.194
2.02	Passivo Não Circulante	1.557.880	1.672.425
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	698.339	797.854
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	250.056	355.834
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	250.056	355.834
2.02.01.02	Debêntures	448.283	442.020
2.02.02	Outras Obrigações	381.176	404.706
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	1.039	2.409
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	1.039	2.409
2.02.02.02	Outros	380.137	402.297
2.02.02.02.03	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	361.646	365.212
2.02.02.02.04	Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética	0	6.721
2.02.02.02.05	Parcelamento Especial	11.197	14.480
2.02.02.02.06	Passivo Regulatório	7.288	15.877
2.02.02.02.07	Outras Obrigações	6	7
2.02.03	Tributos Diferidos	33.917	23.547
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	33.917	23.547

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.02.04	Provisões	444.448	446.318
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	444.448	446.318
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	25.829	32.045
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	180.294	184.482
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	238.325	229.791
2.03	Patrimônio Líquido	1.722.049	1.583.469
2.03.01	Capital Social Realizado	998.230	998.230
2.03.02	Reservas de Capital	23.254	23.254
2.03.04	Reservas de Lucros	539.016	561.985
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	539.016	539.016
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	22.969
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	161.549	0

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2010 à 30/06/2010	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	808.191	1.629.356	746.813	1.570.105
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-564.362	-1.193.176	-555.917	-1.083.845
3.03	Resultado Bruto	243.829	436.180	190.896	486.260
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-65.260	-120.214	-59.417	-136.057
3.04.01	Despesas com Vendas	-16.176	-32.977	-30.585	-53.243
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-49.084	-87.237	-28.832	-82.814
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	178.569	315.966	131.479	350.203
3.06	Resultado Financeiro	-22.953	-70.785	-53.540	-86.693
3.06.01	Receitas Financeiras	43.742	65.875	14.464	47.641
3.06.02	Despesas Financeiras	-66.695	-136.660	-68.004	-134.334
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	155.616	245.181	77.939	263.510
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-53.130	-83.632	-26.338	-89.641
3.08.01	Corrente	-33.297	-61.966	-13.463	-49.718
3.08.02	Diferido	-19.833	-21.666	-12.875	-39.923
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	102.486	161.549	51.601	173.869
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	102.486	161.549	51.601	173.869
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,00003	0,00004	0,00001	0,00004

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	233.354	338.589
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	425.142	462.496
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	161.549	173.869
6.01.01.02	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	28.253	44.266
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	92.120	78.801
6.01.01.04	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	47.846	24.022
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias Provisionados	76.241	109.200
6.01.01.06	Receita de Ativo Indenizável	-30.498	-15.750
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	21.666	39.923
6.01.01.08	Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética	13.610	13.315
6.01.01.09	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	11.267	-7.039
6.01.01.10	Valor Residual de Intangível e Imobilizado Baixados	3.088	4.904
6.01.01.11	Outros	0	-3.015
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-191.788	-123.907
6.01.02.01	Consumidores, Concessionários e Permissionários	-76.560	-38.177
6.01.02.02	Estoques	-2.318	-634
6.01.02.03	Partes Relacionadas	6.007	3.321
6.01.02.04	Tributos a Compensar	4.630	12.415
6.01.02.05	Despesas Antecipadas	-2.800	0
6.01.02.06	Cauções e Depósitos	10.813	-19.472
6.01.02.07	Depósitos Vinculados a Litígios	-2.179	0
6.01.02.08	Outros Créditos	38.493	-19.993
6.01.02.09	Fornecedores	-71.456	4.287
6.01.02.10	Folha de Pagamento	-4.424	16.142
6.01.02.11	Tributos a Pagar	-15.099	-41.890
6.01.02.12	Taxas Regulamentares	-2.193	-7.406
6.01.02.13	Programas de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética	-39.828	-2.916
6.01.02.14	Obrigações com Benefícios Pós-Emprego	-14.833	0
6.01.02.15	Provisões para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-49.716	-26.916
6.01.02.16	Outros Passivos	29.675	-2.668
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-181.995	-52.595
6.02.01	Outros Ativos Financeiros	25.466	98.100
6.02.02	Aplicações no Intangível e no Imobilizado	-207.461	-150.695
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-59.182	-375.506
6.03.01	Pagamentos de Debêntures	0	-135.927
6.03.02	Captção de Empréstimos e Financiamentos	139.882	9.965
6.03.03	Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	-134.885	-64.749
6.03.04	Pagamentos de Juros de Debêntures	-28.118	-37.921
6.03.05	Pagamentos de Juros de Empréstimos e Financiamentos	-29.034	-29.415
6.03.06	Dividendos Pagos	0	-114.340
6.03.07	Pagamentos de Parcelamento Especial	-7.027	-3.119
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-7.823	-89.512
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	37.568	159.779
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	29.745	70.267

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	561.985	0	0	1.583.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.969	0	0	-22.969
5.04.08	Dividendos Adicionais	0	0	-22.969	0	0	-22.969
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	161.549	0	161.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	161.549	0	161.549
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	539.016	161.549	0	1.722.049

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/06/2010**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	998.230	23.254	532.508	0	0	1.553.992
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-61.549	56	0	-61.493
5.04.08	Dividendos Adicionais	0	0	-61.549	0	0	-61.549
5.04.09	Dividendos Prescritos	0	0	0	56	0	56
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	173.869	0	173.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	173.869	0	173.869
5.07	Saldos Finais	998.230	23.254	470.959	173.925	0	1.666.368

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/06/2010
7.01	Receitas	2.483.942	2.367.235
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.291.908	2.256.562
7.01.02	Outras Receitas	10.564	9.477
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	201.307	145.462
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-19.837	-44.266
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.093.918	-994.528
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-619.543	-587.193
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-104.952	-129.717
7.02.04	Outros	-369.423	-277.618
7.02.04.01	Encargos de Uso de Rede Elétrica	-97.900	-98.430
7.02.04.02	Custo de Construção	-201.307	-145.462
7.02.04.03	Outras Despesas Operacionais	-70.216	-33.726
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.390.024	1.372.707
7.04	Retenções	-92.120	-78.801
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-92.120	-78.801
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.297.904	1.293.906
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	65.875	47.641
7.06.02	Receitas Financeiras	65.875	47.641
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.363.779	1.341.547
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.363.779	1.341.547
7.08.01	Pessoal	64.622	71.789
7.08.01.01	Remuneração Direta	44.213	44.131
7.08.01.02	Benefícios	17.152	16.696
7.08.01.03	F.G.T.S.	2.556	1.520
7.08.01.04	Outros	701	9.442
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	996.908	956.458
7.08.02.01	Federais	428.956	402.055
7.08.02.02	Estaduais	565.444	552.273
7.08.02.03	Municipais	2.508	2.130
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	140.700	139.431
7.08.03.01	Juros	78.486	77.986
7.08.03.02	Aluguéis	4.040	56.348
7.08.03.03	Outras	58.174	5.097
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	161.549	173.869
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	161.549	173.869

Comentário do Desempenho

DESTAQUES

A Receita Bruta, no 2T11, atingiu o montante de R\$ 1.225 milhões, um incremento de 7,8% em relação ao 2T10.

O EBITDA alcançou o montante de R\$ 226 milhões* no trimestre, registrando aumento de 34,7% em relação ao 2T10 e Margem EBITDA de 27,9%*.

No 2T11, o Lucro Líquido totalizou R\$ 102 milhões, 98,6% maior do que no 2T10. A Margem Líquida ficou em 12,7%.

O total de investimentos realizados no 2T11 foi de R\$ 104 milhões, o que representa um incremento de R\$ 25 milhões, ou 31,3% em relação ao 2T10.

As perdas totais de energia acumularam 20,03% nos últimos 12 meses, representando uma redução de 1,17 p.p em relação ao 2T10. No mês de junho, o índice de perdas foi de 18,23%, o menor nível registrado na história da Companhia.

Os indicadores de qualidade do fornecimento DEC e FEC encerraram o 2T11 em 20,77* horas e 10,96* vezes, representando melhorias de 19,8% e 23,8%, respectivamente, em relação ao 2T10.

Os indicadores de produtividade MWh/colaborador e MWh/cliente atingiram, no 2T11, 2,005* e 0,92*, o que representa redução de 1,3% e 1,1%, respectivamente, em relação ao 2T10.

DESTAQUES DO PERÍODO

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Volume de Energia - Venda e Transporte (GWh)*	2.406	2.369	1,6%	2.657	-9,4%	5.061	4.965	1,9%
Receita Bruta (R\$ mil)	1.224.622	1.135.964	7,8%	1.270.660	-3,6%	2.495.281	2.402.452	3,9%
Receita Líquida (R\$ mil)	808.191	746.813	8,2%	821.165	-1,6%	1.629.356	1.570.105	3,8%
EBITDA(3) (R\$ mil)*	225.819	167.594	34,7%	181.746	24,2%	408.086	429.003	-4,9%
Margem EBITDA (%)*	27,94%	22,44%	5,50 p.p	22,13%	5,81 p.p	25,05%	27,32%	-2,27 p.p
EBIT(4) (R\$ mil)*	178.569	131.479	35,8%	136.876	30,5%	315.966	350.202	-9,8%
Margem EBIT (%)*	22,09%	17,61%	4,48 p.p	16,67%	5,42 p.p	19,39%	22,30%	-2,91 p.p
Lucro Líquido (R\$ mil)	102.486	51.601	98,6%	58.542	75,1%	161.549	173.869	-7,1%
Margem Líquida (%)	12,68%	6,91%	5,77 p.p	7,13%	5,55 p.p	9,91%	11,07%	-1,16 p.p
CAPEX (R\$ mil)*	103.788	79.039	31,3%	103.844	-0,1%	207.632	149.881	38,5%
DEC (12 meses)*	20,77	25,89	-19,8%	20,39	1,9%	20,77	25,89	-19,8%
FEC (12 meses)*	10,96	14,38	-23,8%	10,77	1,8%	10,96	14,38	-23,8%
Índice de Arrecadação (12 meses)*	99,66%	99,29%	0,37 p.p	99,31%	0,35 p.p	99,66%	99,29%	0,37 p.p
Perdas de Energia (12 meses)*	20,03%	21,20%	-1,17 p.p	20,27%	-0,24 p.p	20,03%	21,20%	-1,17 p.p
Nº de Consumidores Totais* **	2.605.215	2.537.297	2,7%	2.587.225	0,7%	2.605.215	2.537.297	2,7%
Nº de Colaboradores (Próprios)	1.200	1.166	2,9%	1.206	-0,5%	1.200	1.166	2,9%
MWh/Colaborador*	2.005	2.032	-1,3%	2.202	-8,9%	4.207	4.151	1,3%
MWh/Consumidor*	0,92	0,93	-1,1%	1,03	-10,7%	1,95	1,96	-0,5%
Consumidor/Colaborador*	2.171	2.176	-0,2%	2.145	1,2%	2.171	2.176	-0,2%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

(3) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações e (4) EBIT: Resultado do Serviço

* Valores não auditados

Comentário do Desempenho

2 PERFIL CORPORATIVO

Área de Concessão

A Ampla fornece energia elétrica a 66 municípios distribuídos em 32.188 km², o que correspondente a aproximadamente 73% do território do Estado do Rio de Janeiro. A base comercial da Companhia compreende aproximadamente 2,6 milhões de unidades consumidoras, e envolve uma população estimada de 6,7 milhões de habitantes.

DADOS DA ÁREA DE CONCESSÃO*

	2010	2009	Var. %
Área de Concessão (km ²)	32.188	32.188	-
Municípios (Qte.)	66	66	-
Habitantes (Qte.) (1)	6.678.406	6.551.109	1,9%
Consumidores (Unid.)	2.570.595	2.521.597	1,9%
Linhas de Distribuição (Km)	49.840	49.198	1,3%
Linhas de Transmissão (Km)	3.775	3.769	0,2%
Subestações (Unid.)	116	117	-0,9%
Volume de Energia (GWh)	9.610	9.071	5,9%
Marketshare - Nº de Clientes (2)	3,62%	3,76%	-0,14 p.p
Marketshare - Volume de Energia	2,29%	2,33%	-0,04 p.p

(1) Fonte: 2010 - Censo IBGE 2010, 2009 - Estimativa Ampla

(2) Valores de 2010 estão estimados



Estrutura de Controle

Sociedade anônima de capital aberto, a Companhia é controlada pelo grupo Enel / Endesa por meio da Endesa Brasil S/A, Chilectra Inversud S/A, Enersis S/A e Chilectra S/A que detém, respectivamente, 46,9%, 21,0%, 13,7% e 10,3% do capital total.

ESTRUTURA DE CONTROLE (EM 30/06/2011)

	ON (lote de mil)	%
Controladores	3.606.090.191	91,94%
Endesa Brasil	1.839.121.933	46,90%
Chilectra Inversud S/A	824.607.526	21,02%
Enersis S/A	536.591.908	13,68%
Chilectra S/A	405.768.824	10,34%
Não Controladores	316.425.726	8,06%
EDP - Energias de Portugal S/A	302.176.533	7,70%
Outros	14.249.193	0,36%
Totais	3.922.515.917	100,00%

Em 4 de agosto de 2011, a Endesa Latinoamérica S.A. ("Endesa Latam") celebrou com a EDP – Energias de Portugal S.A. ("EDP") um contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva, por meio do qual a Endesa Latam (ou outra parte relacionada que indique) adquirirá as 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia. A operação está sujeita à aprovação de algumas autoridades regulatórias no exterior.

Após a consumação do negócio, estimada para ocorrer no quarto trimestre do corrente exercício, a Endesa Latam (ou outra parte relacionada que indique), direta ou indiretamente, realizará uma Oferta Pública para aquisição da totalidade das ações da Companhia remanescentes no mercado, nos termos e condições previstos na legislação e demais regulamentações em vigor.

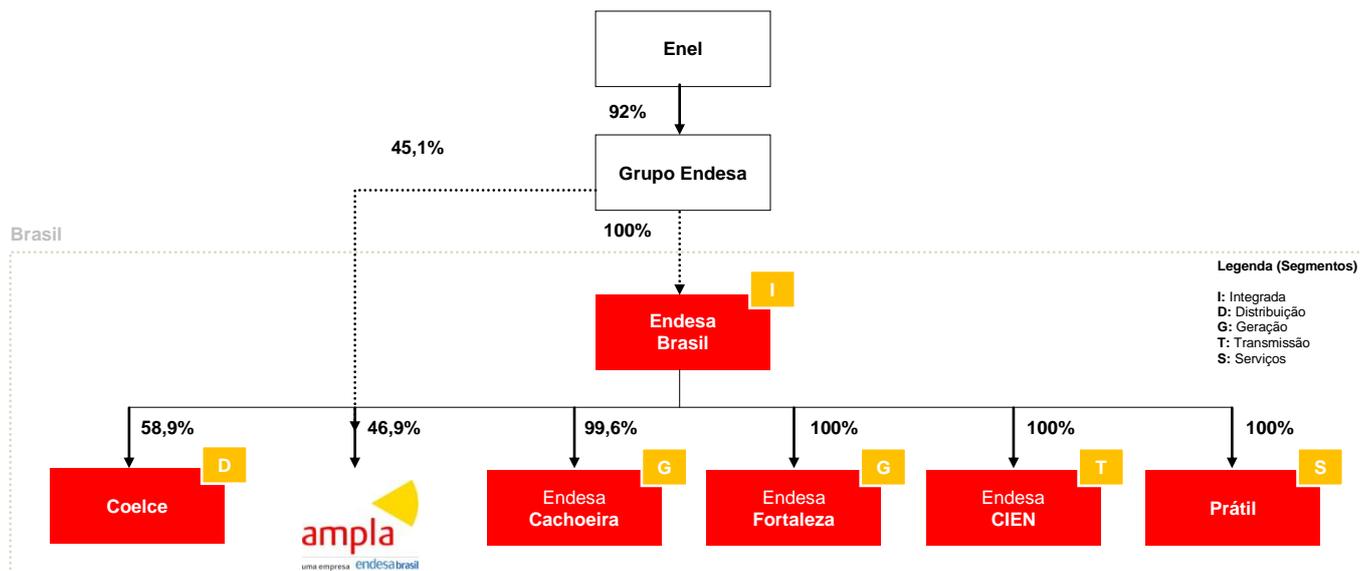
Para os devidos fins, informa-se que: (i) a operação acima tem por objetivo o aumento da atual participação de controle da Endesa Latam sobre a Companhia, resultante do interesse manifestado por EDP em vender sua participação minoritária; (ii) a Endesa Latam já era controladora da Companhia antes da eventual consumação desta operação, possuindo indiretamente, por meio de sociedades que controla direta e/ou indiretamente, 3.606.090.192.012 ações ordinárias representativas de 91,93% do capital social total da Companhia; (iii) a consumação desta operação não implicará em alteração da composição de controle ou da estrutura administrativa da Companhia; (iv) a Endesa Latam não detém, direta ou indiretamente, quaisquer bônus ou outros direitos de subscrição de ações, opções de compra de ações ou debêntures conversíveis em ações da Companhia; e (v) não há em vigor qualquer acordo de acionistas ou contrato registrado regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Essa operação foi divulgada ao mercado por meio de Fato Relevante em 05 de agosto de 2011.

* Valores não auditados

Comentário do Desempenho

Organograma Societário Simplificado



3 DESEMPENHO OPERACIONAL

Mercado de Energia

Crescimento de Mercado

NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNID.)*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Mercado Cativo	2.299.687	2.246.539	2,4%	2.285.451	0,6%	2.299.687	2.246.539	2,4%
Residencial - Convencional	1.540.906	1.405.660	9,6%	1.478.257	4,2%	1.540.906	1.405.660	9,6%
Residencial - Baixa Renda	533.708	618.800	-13,8%	582.473	-8,4%	533.708	618.800	-13,8%
Industrial	4.774	4.739	0,7%	4.771	0,1%	4.774	4.739	0,7%
Comercial	143.890	142.259	1,1%	143.670	0,2%	143.890	142.259	1,1%
Rural	61.277	60.417	1,4%	61.213	0,1%	61.277	60.417	1,4%
Setor Público	15.132	14.664	3,2%	15.067	0,4%	15.132	14.664	3,2%
Clientes Livres	30	23	30,4%	29	3,4%	30	23	30,4%
Industrial	24	19	26,3%	23	4,3%	24	19	26,3%
Comercial	6	4	50,0%	6	-	6	4	50,0%
Revenda	14	5	180,0%	13	7,7%	14	5	180,0%
Subtotal - Consumidores Efetivos	2.299.731	2.246.567	2,4%	2.285.493	0,6%	2.299.731	2.246.567	2,4%
Consumo Próprio	442	445	-0,7%	449	-1,6%	442	445	-0,7%
Consumidores Ativos sem Fornecedor	305.042	290.285	5,1%	301.283	1,2%	305.042	290.285	5,1%
Total - Número de Consumidores	2.605.215	2.537.297	2,7%	2.587.225	0,7%	2.605.215	2.537.297	2,7%

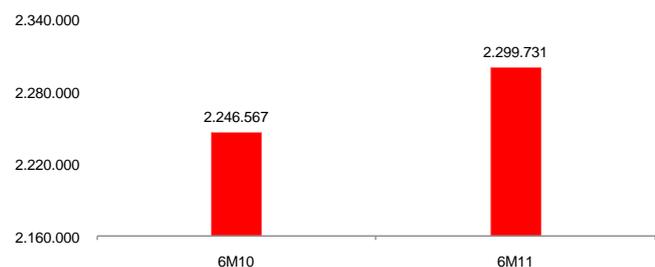
(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

* Valores não auditados

Comentário do Desempenho

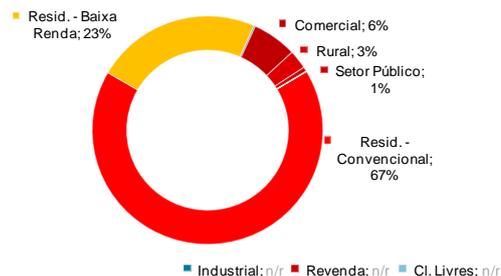
Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Evolução 6M10 - 6M11



Número de Consumidores Efetivos (Unidades)*

Posição Final 6M11



A Ampla encerrou o 2T11 com 2.605.215 unidades consumidoras* ("consumidores"), 2,7% superior ao número de consumidores ao final do 2T10. Esse crescimento representa um acréscimo de 67.918 novos consumidores* à base comercial da Companhia. O acréscimo observado entre os períodos está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda, conjuntamente), com mais 50.154 novos consumidores*.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Ampla e os investimentos realizados pela Companhia em novas conexões.

Em termos de consumidores efetivos, a Companhia encerrou o 2T11 com 2.299.731 consumidores*, um incremento de 2,4% em relação ao mesmo período do ano anterior. Os consumidores efetivos representam o total dos consumidores excluindo-se as unidades de consumo próprio e os consumidores ativos sem fornecimento.

A Companhia fechou o 2T11 com 30 clientes livres*,7 a mais do que no 2T10, o que equivale a um acréscimo de 30,4%.

Venda de Energia na Área de Concessão

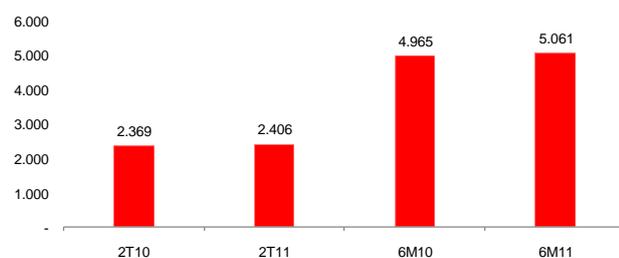
VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Mercado Cativo	2.096	2.089	0,3%	2.376	-11,8%	4.471	4.397	1,7%
Clientes Livres	310	280	10,7%	281	10,3%	590	568	3,9%
Total - Venda e Transporte de Energia	2.406	2.369	1,6%	2.657	-9,4%	5.061	4.965	1,9%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

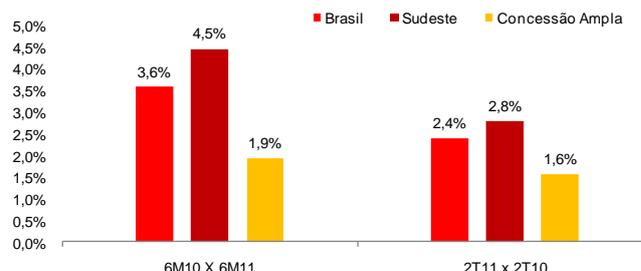
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Evolução 2T10 - 2T11 e 6M10 - 6M11



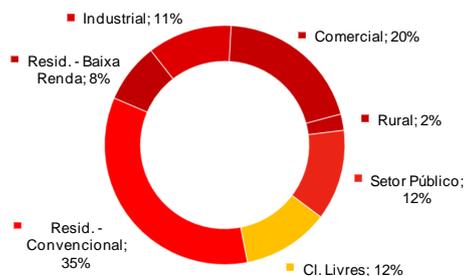
Evolução do Volume de Energia - Comparativos (%)*

Comparativo Brasil, Região Sudeste e Área de concessão Ampla



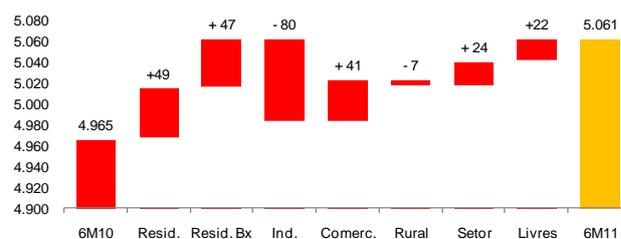
Venda e Transporte de Energia (GWh)*

Volume no 2T11



Evolução Anual do Consumo de Energia por Classe (%)

Evolução 6M10 - 6M11



O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Ampla no 2T11 foi de 2.406 GWh*, uma evolução de +1,6% (+37 GWh) em relação ao mesmo período de 2010, cujo volume foi de 2.369 GWh*. Esse incremento na energia está concentrado nos clientes livres da Companhia, que apresentou uma evolução de 10,7% (+30 GWh) no 2T11 (310 GWh* versus 280 GWh*). Essa energia (transportada) dos clientes livres gera uma receita para a Ampla através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

*Valores não auditados

Comentário do Desempenho

Esta evolução também foi impulsionada, em menor escala, por um maior volume de energia no mercado cativo da Companhia. O volume no 2T11, de 2.096 GWh*, foi 0,3% superior ao registrado no 2T10 (+7 GWh).

Mercado Cativo

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Residencial - Convencional	791	775	2,1%	955	-17,2%	1.746	1.697	2,9%
Residencial - Baixa Renda	189	170	11,2%	219	-13,7%	408	361	13,0%
Industrial	286	335	-14,6%	290	-1,4%	575	655	-12,2%
Comercial	471	457	3,1%	540	-12,8%	1.011	970	4,2%
Rural	53	57	-7,0%	58	-8,6%	111	118	-5,9%
Setor Público	306	295	3,7%	314	-2,5%	620	596	4,0%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	2.096	2.089	0,3%	2.376	-11,8%	4.471	4.397	1,7%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

O mercado cativo da Companhia apresentou um incremento de 0,3% no 2T11 em relação ao 2T10. Todas as classes apresentaram evolução no consumo, com exceção da classe Industrial e da classe Rural. Os principais fatores que ocasionaram esse incremento foram (i) o crescimento vegetativo do mercado cativo, de 2,4%, que adicionou mais 53.164 novos consumidores efetivos* à base comercial da Companhia que foi compensada, parcialmente, pela (ii) redução da venda de energia per capita no mercado cativo, de -2,0%.

VENDA DE ENERGIA PER CAPITA NO MERCADO CATIVO (KWH/CONS.)*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Residencial - Normal	513	551	-6,9%	646	-20,6%	1.133	1.207	-6,1%
Residencial - Baixa Renda	354	275	28,7%	376	-5,9%	764	583	31,0%
Industrial	59.908	70.690	-15,3%	60.784	-1,4%	120.444	138.215	-12,9%
Comercial	3.273	3.212	1,9%	3.759	-12,9%	7.026	6.819	3,0%
Rural	865	943	-8,3%	948	-8,8%	1.811	1.953	-7,3%
Setor público	20.222	20.117	0,5%	20.840	-3,0%	40.973	40.644	0,8%
Média - Venda per capita no Mercado Cativo	911	930	-2,0%	1.040	-12,4%	1.944	1.957	-0,7%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

A venda de energia per capita no mercado cativo foi de 911* KWh/consumidor, representando uma redução de -2,0% em relação ao ano anterior. Isso reflete, basicamente, uma atividade industrial menos aquecida na área de concessão (-15,3%).

Clientes Livres

TRANSPORTE DE ENERGIA PARA OS CLIENTES LIVRES (GWH)*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Industrial	305	274	11,3%	270	13,0%	574	556	3,2%
Comercial	5	6	-16,7%	11	-54,5%	16	12	33,3%
Total - Transporte de Energia para os Clientes Livres*	310	280	10,7%	281	10,3%	590	568	3,9%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

O transporte de energia para os clientes livres na área de concessão da Companhia no 2T11 foi de 310 GWh*, o que representa um incremento de 10,7% em relação ao 2T10, reflexo basicamente do crescimento do número de clientes livres de 23* para 30*.

TRANSPORTE DE ENERGIA PER CAPITA PARA OS CLIENTES LIVRES (KWH/CONS.)*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Industrial	12.708	14.421	-11,9%	11.739	8,3%	12.708	14.421	-11,9%
Comercial	833	1.500	-44,5%	1.833	-54,6%	833	1.500	-44,5%
Média - Transporte per capita p/ Clientes Livres*	10.333	12.174	-15,1%	9.690	6,6%	19.667	24.696	-20,4%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

Em relação ao transporte de energia per capita para os clientes livres houve, no entanto, uma redução de -15,1%* do 2T10 para o 2T11.

Balanco Energético

* Valores não auditados

Comentário do Desempenho

BALANÇO DE ENERGIA*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Demanda máxima de energia (MW)	1.989	1.919	3,6%	2.081	-4,4%	2.081	2.044	1,8%
Energia requerida (GWh)	3.070	2.910	5,5%	3.479	-11,8%	6.549	6.317	3,7%
Energia distribuída (GWh)	2.476	2.316	6,9%	2.740	-9,6%	5.215	4.974	4,8%
Residencial - Convencional	742	677	9,6%	904	-17,9%	1.646	1.563	5,3%
Residencial - Baixa Renda	189	170	11,2%	219	-13,7%	408	361	13,0%
Industrial	286	278	2,9%	279	2,5%	565	554	2,0%
Comercial	451	429	5,1%	524	-13,9%	975	937	4,1%
Rural	52	52	-	56	-7,1%	108	113	-4,4%
Setor Público	301	287	4,9%	310	-2,9%	610	594	2,7%
Clientes Livres	347	333	4,2%	348	-0,3%	695	667	4,2%
Revenda	103	86	19,8%	95	8,4%	198	173	14,5%
Consumo Próprio	5	5	-	6	-16,7%	11	11	-
Perdas na Transmissão - Rede Básica (GWh)	167	146	14,4%	180	-7,2%	347	305	13,8%
Perdas na Transmissão - Rede Básica (%)	6,37%	5,86%	0,51 p.p	5,93%	0,44 p.p	6,14%	5,57%	0,57 p.p
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (GWh)	594	594	-	739	-19,6%	1.334	1.343	-0,7%
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla (%)	19,35%	20,41%	-1,06 p.p	21,24%	-1,89 p.p	20,37%	21,26%	-0,89 p.p

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

A energia total requerida pelo sistema da Ampla no 2T1 foi de 3.070 GWh*, um percentual 5,5% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior (2.910 GWh*). Esse aumento está abaixo do aumento da energia distribuída pelo sistema, de 6,9% (2.476 GWh* versus 2.316 GWh*), tendo em vista a redução de 1,17 p.p. nas perdas de energia, alcançando 20,03%* no 2T11, contra 21,20%* no 2T10.

Compra de Energia

COMPRA DE ENERGIA (GWH)*

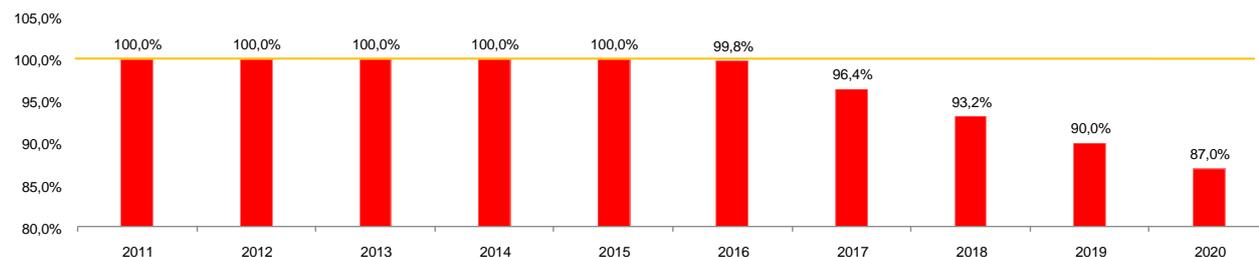
	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Itaipu	538	541	-0,6%	530	1,5%	1.069	1.081	-1,1%
Centrais Elétricas - FURNAS	571	565	1,1%	640	-10,8%	1.211	1.183	2,4%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	437	433	0,9%	490	-10,8%	926	906	2,2%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	247	245	0,8%	277	-10,8%	524	512	2,3%
Eletronorte	163	160	1,9%	182	-10,4%	345	340	1,5%
COPEL	170	160	6,3%	190	-10,5%	360	342	5,3%
CEMIG	120	117	2,6%	134	-10,4%	254	249	2,0%
PROINFA	52	52	-	48	8,3%	100	101	-1,0%
Outros	657	535	22,8%	690	-4,8%	1.347	1.105	21,9%
Total - Compra de Energia s/ CCEE	2.955	2.808	5,2%	3.181	-7,1%	6.136	5.819	5,4%
Liquidação na CCEE	(168)	(171)	-1,8%	35	-	(133)	(37)	259,5%
Total - Compra de Energia	2.787	2.637	5,7%	3.216	-13,3%	6.003	5.782	3,8%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

Os contratos de compra de energia para o 2T11, incluindo a liquidação na CCEE e os contratos de energia distribuída, totalizaram 2.787 GWh* para atender a energia demandada pelo sistema. Esse montante representa um incremento de 5,7% (+150 GWh) em relação ao 2T10, que foi de 2.637 GWh*, reflexo do crescimento do mercado e conseqüente elevação do volume de venda e transporte de energia.

Nível de Contratação (%)

Posição Final em 6M11



Inputs e Outputs do Sistema

*Valores não auditados

Comentário do Desempenho

INPUTS E OUTPUTS DO SISTEMA (GWH)*

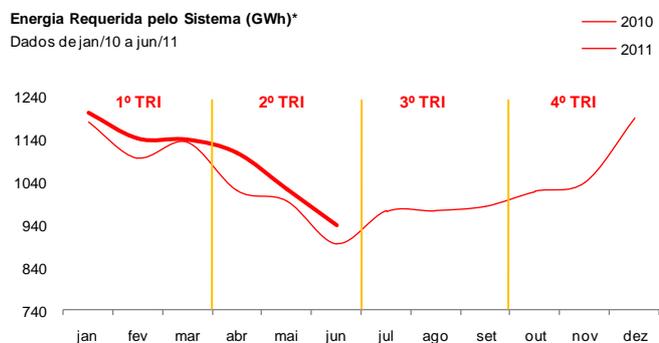
	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Totais - Inputs	2.787	2.637	5,7%	3.216	-13,3%	6.003	5.782	3,8%
Compra de Energia	2.787	2.637	5,7%	3.216	-13,3%	6.003	5.782	3,8%
Contratos	2.955	2.808	5,2%	3.181	-7,1%	6.136	5.819	5,4%
Itaipu	538	541	-0,6%	530	1,5%	1.069	1.081	-1,1%
Centrais Elétricas - FURNAS	571	565	1,1%	640	-10,8%	1.211	1.183	2,4%
CHESF	437	433	0,9%	490	-10,8%	926	906	2,2%
Companhia Hidroelétrica do São Francisco - CHESF	437	433	0,9%	490	-10,8%	926	906	2,2%
Companhia Energética de São Paulo - CESP	247	245	0,8%	277	-10,8%	524	512	2,3%
Eletronorte	163	160	1,9%	182	-10,4%	345	340	1,5%
COPEL	170	160	6,3%	190	-10,5%	360	342	5,3%
CEMIG	120	117	2,6%	134	-10,4%	254	249	2,0%
PROINFA	52	52	-	48	8,3%	100	101	-1,0%
Outros	657	535	22,8%	690	-4,8%	1.347	1.105	21,9%
Liquidação CCEE	(168)	(171)	-1,8%	35	-	(133)	(37)	259,5%
Totais - Outputs	2.787	2.637	5,7%	3.216	-13,3%	6.003	5.782	3,8%
Perdas na Transmissão - Rede Básica	167	146	14,4%	180	-7,2%	347	305	13,8%
Energia Distribuída - Mercado Cativo	2.620	2.492	5,1%	3.037	-13,7%	5.657	5.476	3,3%
Residencial - Convencional	742	677	9,6%	904	-17,9%	1.646	1.563	5,3%
Residencial - Baixa Renda	189	170	11,2%	219	-13,7%	408	361	13,0%
Industrial	286	278	2,9%	279	2,5%	565	554	2,0%
Comercial	451	429	5,1%	524	-13,9%	975	937	4,1%
Rural	52	52	-	56	-7,1%	108	113	-4,4%
Setor Público	301	287	4,9%	310	-2,9%	610	594	2,7%
Consumo Próprio	5	5	-	6	-16,7%	11	11	-
Perdas na Distribuição - Sistema Ampla	594	594	-	739	-19,6%	1.334	1.343	-0,7%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

Sazonalidade

Energia Requerida pelo Sistema (GWh)*

Dados de jan/10 a jun/11



Indicadores Operacionais

Qualidade do Fornecimento

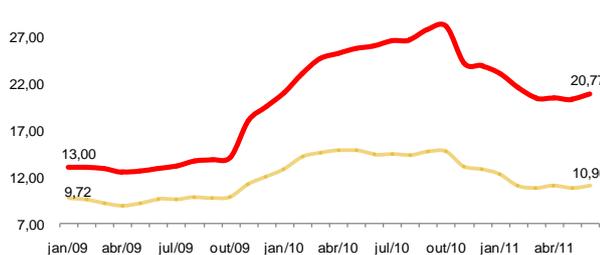
INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
DEC 12 meses (horas)	20,77	25,89	-19,8%	20,39	1,9%	20,77	25,89	-19,8%
FEC 12 meses (vezes)	10,96	14,38	-23,8%	10,77	1,8%	10,96	14,38	-23,8%
Perdas de Energia 12 meses (%)	20,03%	21,20%	-1,17 p.p	20,27%	-0,24 p.p	20,03%	21,20%	-1,17 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	99,66%	99,29%	0,37 p.p	99,31%	0,35 p.p	99,66%	99,29%	0,37 p.p
MWh/Colaborador	2.005	2.032	-1,3%	2.202	-8,9%	4.207	4.151	1,3%
MWh/Consumidor	0,92	0,93	-1,1%	1,03	-10,7%	1,95	1,96	-0,5%

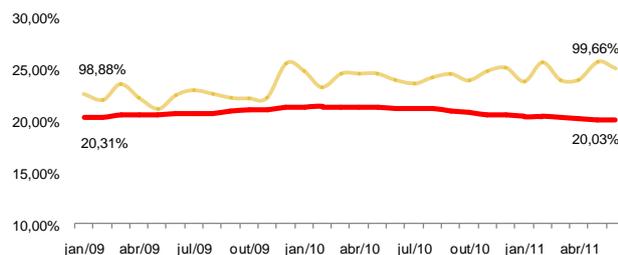
(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

Comentário do Desempenho

Evolução do DEC (Horas) e FEC (Vezes) TAM*
Dados de jan/09 a jun/11



Evolução das Perdas Totais (%) e Arrecadação (%) TAM*
Dados de jan/09 a jun/11



Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Ampla. Eles refletem:

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a duração média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em horas por período (no caso, horas nos últimos 12 meses).

FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora): a frequência média em que os consumidores da Companhia tiveram o seu fornecimento de energia interrompido. Medido em vezes por período (no caso, vezes nos últimos 12 meses).

A Ampla encerrou o 2T11 com DEC de 20,77 horas*, índice 19,8% inferior ao do 2T10 de 25,89 horas*. O FEC alcançou o patamar de 10,96 vezes*, o que representa uma redução de -23,8% em relação ao 2T10 que fechou em 14,38 vezes*. Essa redução dos indicadores é reflexo dos investimentos do Plano de Qualidade empenhado pela Companhia a partir do 2T10.

Disciplina de Mercado

As perdas de energia TAM – Taxa Anual Móvel (medição acumulada em 12 meses) alcançaram 20,03%* no 2T11, uma melhora de 1,17 p.p. em relação às perdas registradas no 2T10 de 21,20%*. Esse resultado é reflexo principalmente do restabelecimento do faturamento de novos clientes pela medição eletrônica que ocorreu em julho de 2009, e que estavam suspensos pela Aneel desde outubro de 2007 (exigência de certificação pelo INMETRO).

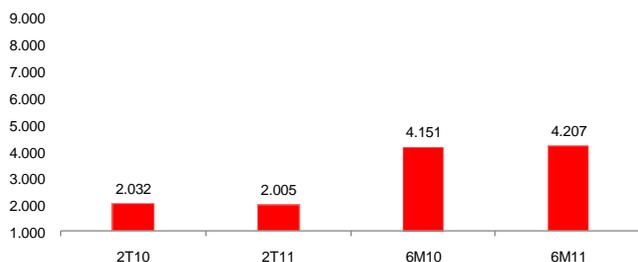
Em relação ao índice de arrecadação TAM (valores arrecadados sobre valores faturados, em 12 meses), o mesmo encerrou o 2T11 em 99,66%*, percentual superior (+0,36p.p.) ao encerramento do 2T10, de 99,30%*, o que reflete a efetividade da arrecadação sobre o faturamento da Companhia.

Produtividade

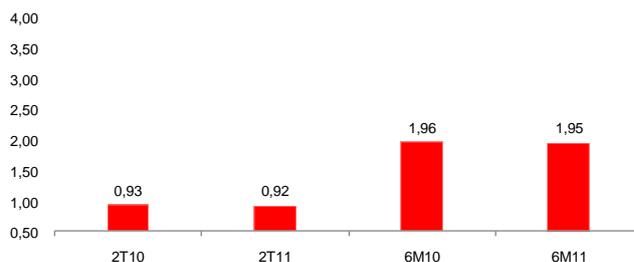
Os indicadores MWh/colaborador e MWh/consumidor refletem a produtividade da Companhia, em termos de geração de valor pela força de trabalho (colaboradores) e geração de valor por cliente.

A Ampla encerrou o 2T11 com o indicador de MWh/colaborador de 2.005*, índice -1,3% inferior que o registrado no 2T10 de 2.032*. O indicador de MWh/cliente alcançou o patamar de 0,92*, em linha ao registrado do 2T10 de 0,93*.

Indicador de Produtividade - MWh/Colaborador*
Evolução 2T10 - 2T11 e 6M10 - 6M11



Indicador de Produtividade - MWh/Consumidor*
Evolução 2T10 - 2T11 e 6M10 - 6M11



Comentário do Desempenho

4 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Resultado

Overview

PRINCIPAIS CONTAS DE RESULTADO (R\$ MIL) E MARGENS (%)

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Receita Operacional Bruta	1.224.622	1.135.964	7,8%	1.270.660	-3,6%	2.495.281	2.402.452	3,9%
Deduções à Receita Operacional	(416.431)	(389.151)	7,0%	(449.495)	-7,4%	(865.926)	(832.347)	4,0%
Receita Operacional Líquida	808.191	746.813	8,2%	821.165	-1,6%	1.629.356	1.570.105	3,8%
Custos do Serviço e Despesas Operacionais	(629.622)	(615.333)	2,3%	(684.289)	-8,0%	(1.313.390)	(1.219.902)	7,7%
EBITDA(3)*	225.819	167.594	34,7%	181.746	24,2%	408.086	429.004	-4,9%
Margem EBITDA*	27,94%	22,44%	5,50 p.p	22,13%	5,81 p.p	25,05%	27,32%	-2,27 p.p
EBIT(4)*	178.569	131.479	35,8%	136.876	30,5%	315.966	350.203	-9,8%
Margem EBIT*	22,09%	17,61%	4,48 p.p	16,67%	5,42 p.p	19,39%	22,30%	-2,91 p.p
Resultado Financeiro	(22.953)	(53.542)	-57,1%	(47.832)	-52,0%	(70.785)	(86.693)	-18,3%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(53.130)	(26.336)	101,7%	(30.502)	74,2%	(83.632)	(89.641)	-6,7%
Lucro Líquido	102.486	51.601	98,6%	58.542	75,1%	161.549	173.869	-7,1%
Margem Líquida	12,68%	6,91%	5,77 p.p	7,13%	5,55 p.p	9,91%	11,07%	-1,16 p.p
Lucro por Ação (R\$/ação)	0,03	0,01	200,0%	0,01	200,0%	0,04	0,04	-

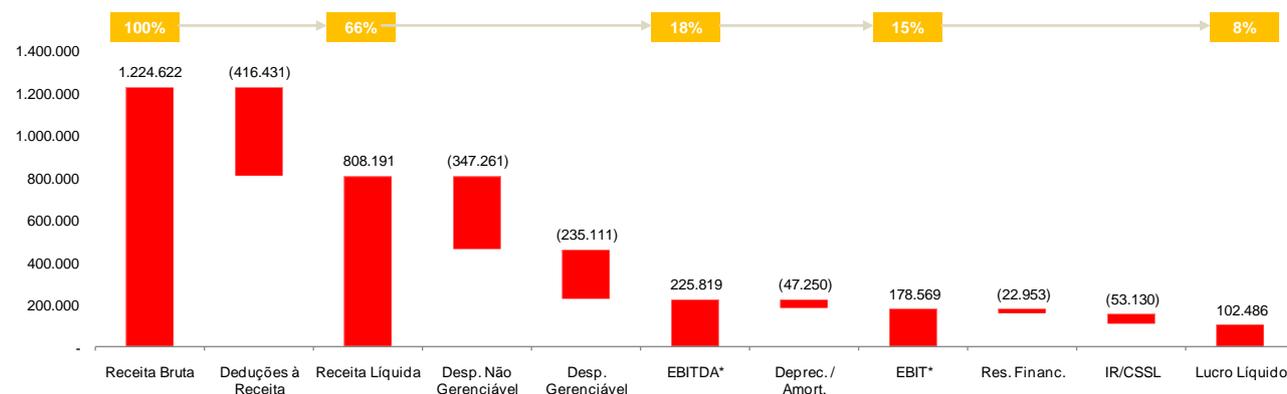
(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

(3) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

(4) EBIT: Resultado do Serviço

Principais Contas do Resultado(R\$ Mil)

Overview 2T11



Receita Operacional Bruta

RECEITA OPERACIONAL BRUTA (R\$ MIL)

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Fornecimento de Energia	1.020.280	900.326	13,3%	1.053.812	-3,2%	2.074.092	2.021.386	2,6%
Baixa Renda	21.997	57.977	-62,1%	21.581	1,9%	43.578	83.218	-47,6%
Fornecimento de Energia Líquido (3)	1.042.277	958.303	8,8%	1.075.393	-3,1%	2.117.670	2.104.604	0,6%
Suprimento de Energia Elétrica	11.428	8.011	42,7%	9.117	25,3%	20.545	15.507	32,5%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	55.600	52.703	5,5%	69.042	-19,5%	124.642	97.572	27,7%
Receita - IFRIC 12	98.449	98.413	0,0%	102.858	-4,3%	201.307	145.462	38,4%
Outras Receitas	16.868	18.534	-9,0%	14.250	18,4%	31.118	39.307	-20,8%
Total - Receita Operacional Bruta	1.224.622	1.135.964	7,8%	1.270.660	-3,6%	2.495.281	2.402.452	3,9%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

(3) Fornecimento de energia líquido de ativos e passivos regulatórios, oriundos do acordo geral do setor elétrico

A receita operacional bruta da Ampla alcançou, no 2T11, R\$ 1.225 milhões, um incremento de 7,8% em relação ao 2T10, de R\$ 1.136 milhões (+R\$ 89 milhões). Esse crescimento é, basicamente, o efeito líquido dos seguintes fatores:

- Incremento de 13,3% (R\$ 1.020 milhões versus R\$ 900 milhões) na receita por fornecimento de energia (+R\$ 120 milhões): Esse incremento deve-se, basicamente, ao aumento de 0,3% no volume de energia vendida no âmbito do mercado cativo, associado ao reajuste tarifário positivo de 2011, no percentual médio de 10,9%, vigente a partir de 15 março de 2011.

Comentário do Desempenho

- **Baixa Renda (-R\$ 36 milhões):**
Essa redução deve-se, principalmente, a reversão da provisão, no 2T10, no valor de R\$ 35 milhões em função do arquivamento dos termos de notificações da Aneel que haviam sido provisionadas no passado.
- **Evolução de 5,5% (R\$ 56 milhões versus R\$ 53 milhões) na receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica (+R\$ 3 milhões):**
O incremento se deve à evolução do volume de energia transportada para os clientes livres dentro da área de concessão da Companhia de 10,7%, associado ao reajuste tarifário que também afetou positivamente a TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

Deduções da Receita

DEDUÇÕES DA RECEITA (R\$ MIL)

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
ICMS	(265.599)	(251.406)	5,6%	(299.787)	-11,4%	(565.386)	(552.201)	2,4%
COFINS	(58.092)	(54.488)	6,6%	(58.848)	-1,3%	(116.940)	(118.889)	-1,6%
PIS	(12.612)	(11.830)	6,6%	(12.952)	-2,6%	(25.564)	(25.812)	-1,0%
ISS	(416)	(512)	-18,8%	(980)	-57,6%	(1.396)	(1.580)	-11,6%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	(14.145)	(13.286)	6,5%	(14.028)	0,8%	(28.173)	(25.864)	8,9%
Conta de Consumo de Combust. Fósseis - CCC e Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(56.469)	(51.363)	9,9%	(54.108)	4,4%	(110.577)	(94.686)	16,8%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(7.030)	(6.266)	12,2%	(6.580)	6,8%	(13.610)	(13.315)	2,2%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial	(2.068)	-	-	(2.212)	-6,5%	(4.280)	-	-
Total - Deduções da Receita	(416.431)	(389.151)	7,0%	(449.495)	-7,4%	(865.926)	(832.347)	4,0%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

As deduções da receita aumentaram 7,0% em relação ao 2T10, alcançando -R\$ 416 milhões no 2T11, contra -R\$ 389 milhões (-R\$ 27 milhões). Esse incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

- **Acréscimo de 5,8% (-R\$ 337 milhões versus -R\$ 318 milhões) nos tributos – ICMS/COFINS/PIS/ISS (-R\$ 18 milhões):**
Este acréscimo é oriundo do aumento da base de cálculo para apuração destes tributos, composta pelo fornecimento de energia, suprimento de energia elétrica e receita pela disponibilidade da rede elétrica.
- **Acréscimo de 9,9% (-R\$ 56 milhões versus -R\$ 51 milhões) na conta de consumo de combustíveis fósseis – CCC e na conta de desenvolvimento energético – CDE (-R\$ 5 milhões):**
A CCC (Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis) registra os custos de operação das usinas dos sistemas interligado e isolado brasileiro localizadas principalmente na Região Norte, cujos custos são rateados pela ANEEL entre todos os agentes que comercializem energia elétrica com o consumidor final. Os valores da CCC são fixados anualmente pela ANEEL, para cada concessionária de distribuição, em função do seu mercado e podem variar em função da necessidade de uso das usinas termoeletricas. Já a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) é utilizada pelo Governo Federal para promover a competitividade da energia produzida por meio de fontes alternativas e o desenvolvimento energético do País através do programa de universalização, e seu montante é definido pela Aneel.

Custos e Despesas Operacionais

CUSTOS DO SERVIÇO E DESPESAS OPERACIONAIS (R\$ MIL)

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Custos e despesas não gerenciáveis								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(282.555)	(276.477)	2,2%	(336.988)	-16,2%	(619.543)	(587.193)	5,5%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(1.681)	(1.792)	-6,2%	(1.791)	-6,1%	(3.472)	(3.441)	0,9%
Encargos de Uso do Sistema	(63.025)	(64.706)	-2,6%	(66.553)	-5,3%	(129.578)	(123.756)	4,7%
Total - Não gerenciáveis	(347.261)	(342.975)	1,2%	(405.332)	-14,3%	(752.593)	(714.390)	5,3%
Custos e despesas gerenciáveis								
Pessoal	(34.462)	(35.843)	-3,9%	(32.757)	5,2%	(66.698)	(67.822)	-1,7%
Material e Serviços de Terceiros	(58.177)	(64.807)	-10,2%	(63.540)	-8,4%	(121.717)	(129.717)	-6,2%
Depreciação e Amortização	(47.250)	(36.115)	30,8%	(44.870)	5,3%	(92.120)	(78.801)	16,9%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.469)	(25.999)	-40,5%	(12.784)	21,0%	(28.253)	(44.266)	-36,2%
Provisões para Contingências	(19.863)	(3.601)	451,6%	(15.696)	26,5%	(35.559)	(24.022)	48,0%
Despesa - IFRIC 12	(98.449)	(98.413)	0,0%	(102.858)	-4,3%	(201.307)	(145.462)	38,4%
Outras Despesas Operacionais	(8.691)	(7.580)	14,7%	(6.452)	34,7%	(15.143)	(15.422)	-1,8%
Total - Gerenciáveis	(282.361)	(272.358)	3,7%	(278.957)	1,2%	(560.797)	(505.512)	10,9%
Total - Custos do Serviço e Despesa Operacional	(629.622)	(615.333)	2,3%	(684.289)	-8,0%	(1.313.390)	(1.219.903)	7,7%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

Os custos e despesas operacionais no 2T11 alcançaram -R\$ 630 milhões, um incremento de 2,3% (-R\$ 14 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior. Este incremento é o efeito, principalmente, das seguintes variações:

Incremento de 1,2% (-R\$ 347 milhões versus -R\$ 343 milhões) nos custos e despesas não gerenciáveis (-R\$ 4 milhões), por:

Comentário do Desempenho

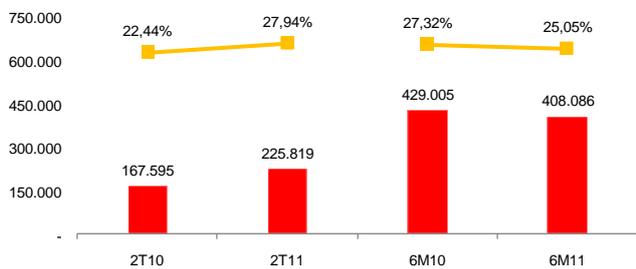
- Incremento de 2,2% (-R\$ 283 milhões versus -R\$ 276 milhões) nos custos da energia elétrica comprada para revenda (-R\$ 6 milhões): O incremento observado é devido ao aumento de 5,2% no volume de compra de energia, compensado em parte pelo menor custo de energia comprada de Itaipu em função da queda da taxa de câmbio observada no período.

Incremento de 3,7% (-R\$ 282 milhões versus -R\$ 272 milhões) nos custos e despesas gerenciáveis (-R\$ 10 milhões). As principais variações são:

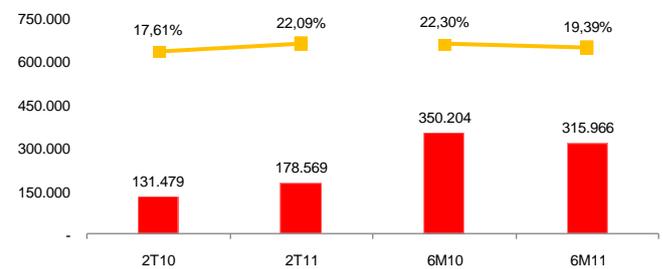
- Incremento de R\$ 16 milhões (-R\$ 20 milhões versus -R\$ 4 milhões) em provisões para contingências: O incremento deve-se, principalmente, a uma reclassificação de R\$ 10 milhões ocorrida no 2T10 que impactou positivamente essa linha no período citado.
- Redução de 10,2% (-R\$ 58 milhões versus -R\$ 65 milhões) em despesa de material e serviços de terceiros (+R\$ 7 milhões): Essa redução se explica, principalmente, em função da ocorrência de eventos extraordinários como as enchentes que afetaram o Rio de Janeiro no 2T10 e os desastres na Região Serrana no 2T11 que gastaram R\$ 7 milhões e R\$ 1 milhão, respectivamente.
- Redução de 40,5% (-R\$ 15 milhões versus -R\$ 26 milhões) em provisão para créditos de liquidação duvidosa (+R\$ 11 milhões): Essa redução reflete, principalmente, a menor inadimplência registrada no 2T11 em relação ao 2T10.

EBITDA

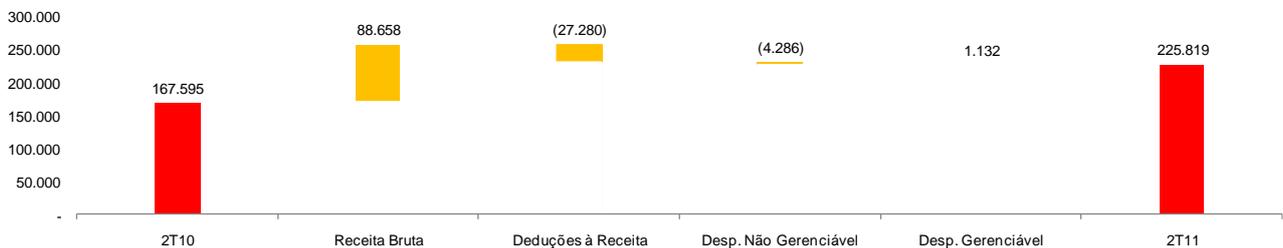
EBITDA (R\$ Mil) e Margem EBITDA (%)*
Evolução 2T10 - 2T11 e 6M10 - 6M11



EBIT (R\$ Mil) e Margem EBIT (%)*
Evolução 2T10 - 2T11 e 6M10 - 6M11



Análise da Evolução do EBITDA (R\$ Mil)
Evolução 2T10 - 2T11



Com base nas variações acima expostas, o EBITDA da Ampla no 2T11, atingiu o montante de R\$ 226 milhões*, o que representa um acréscimo de 34,7% em relação ao mesmo período do ano anterior, cujo montante foi de R\$ 168 milhões* (+R\$ 58 milhões). A margem EBITDA da Companhia no ano foi de 27,9%*, o que representa um aumento de 5,50 p.p. em relação ao 2T10, de 22,4%*.

O EBITDA Ajustado, conforme calculado pela Companhia, é igual ao lucro (prejuízo) líquido antes do IR e CSLL, das despesas financeiras líquidas e das despesas de depreciação e amortização, resultados não operacionais e participações. O EBITDA Ajustado não é uma medida de desempenho financeiro segundo as "Práticas Contábeis Adotadas no Brasil", tampouco deve ser considerado isoladamente, ou, como uma alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais, ou como medida de liquidez. Outras empresas podem calcular o EBITDA Ajustado de maneira diversa da Companhia. Em razão de não serem consideradas, para o seu cálculo, as despesas e receitas com juros (financeiras), o IR e CSLL, a depreciação e amortização, os resultados não operacionais e as participações, o EBITDA Ajustado funciona como um indicador de desempenho econômico geral. Conseqüentemente, o EBITDA Ajustado funciona como uma ferramenta significativa para comparar, periodicamente, o desempenho operacional, bem como para embasar determinadas decisões de natureza administrativa. O EBITDA Ajustado permite uma melhor compreensão não só sobre o desempenho financeiro, como também sobre a capacidade de cumprir com as obrigações passivas e de obter recursos para as despesas de capital e para o capital de giro. O EBITDA Ajustado, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida de lucratividade, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro da Ampla, no 2T11, ficou em -R\$ 23 milhões, um incremento de 57,1% (+R\$ 31 milhões) em relação ao 2T10 de -R\$ 54 milhões, esta redução é o efeito líquido, principalmente, das seguintes variações:

Comentário do Desempenho

RESULTADO FINANCEIRO (R\$ MIL)

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Receitas Financeiras								
Renda de Aplicações Financeiras	1.419	7.166	-80,2%	1.839	-22,8%	3.258	14.849	-78,1%
Variações Monetárias/Cambiais	1.387	764	81,5%	671	106,7%	2.058	1.353	52,1%
Acréscimo Moratório sobre Conta de Energia	12.522	11.709	6,9%	12.237	2,3%	24.759	23.939	3,4%
Receita de Ativo Indenizável	24.046	6.017	299,6%	6.452	3	30.498	15.750	93,6%
Outras	4.368	(11.192)	-139,0%	934	367,7%	5.302	(8.250)	-164,3%
Total - Receitas Financeiras	43.742	14.464	202,4%	22.133	97,6%	65.875	47.642	38,3%
Despesas financeiras								
Encargo de Dívidas	(36.002)	(32.066)	12,3%	(37.026)	-2,8%	(73.028)	(64.126)	13,9%
Encargos com Fundo de Pensão	(5.634)	(2.230)	152,6%	(5.633)	0,0%	(11.267)	(7.039)	60,1%
Encargos e Atualização de Contingências	(8.747)	(15.817)	-44,7%	(3.540)	147,1%	(12.287)	(31.214)	-60,6%
Variações Monetárias	(3.417)	(8.179)	-58,2%	(153)	-	(3.570)	(13.744)	-74,0%
Outras	(12.895)	(9.713)	32,8%	(23.613)	-45,4%	(36.508)	(18.212)	100,5%
Total - Despesas Financeiras	(66.695)	(68.005)	-1,9%	(69.965)	-4,7%	(136.660)	(134.334)	1,7%
Total - Receitas e Despesas Financeiras	(22.953)	(53.541)	-57,1%	(47.832)	-52,0%	(70.785)	(86.692)	-18,3%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

IR/CSSL

IR/CSSL (R\$ mil)

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
CSSL	(8.904)	(4.769)	86,7%	-	-	(8.904)	(14.619)	-39,1%
IR	(24.393)	(8.693)	180,6%	(28.669)	-14,9%	(53.062)	(35.099)	51,2%
IR/CSSL Diferido	(19.833)	(12.874)	54,1%	(1.833)	-	(21.666)	(39.923)	-45,7%
Total - IR/CSSL	(53.130)	(26.336)	101,7%	(30.502)	74,2%	(83.632)	(89.641)	-6,7%

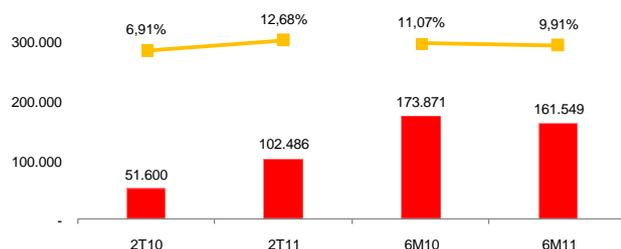
(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

As despesas com Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSSL) no segundo trimestre de 2011 registraram -R\$ 53 milhões, um incremento de 101,7% em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, de -R\$ 26 milhões (-R\$ 27 milhões). Esse aumento é devido ao maior resultado antes de impostos registrado no 2T11.

Lucro Líquido

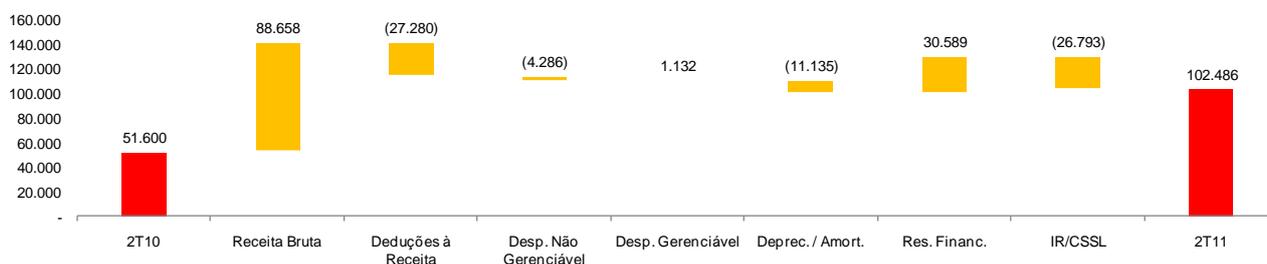
Lucro Líquido (R\$ Mil) e Margem Líquida (%)

Evolução 2T10 - 2T11 e 6M10 - 6M11



Análise da Evolução do Lucro Líquido (R\$ Mil)

Evolução 2T10 - 2T11



Comentário do Desempenho

Com base nos efeitos expostos anteriormente, a Ampla registrou no 2T11 um lucro líquido de R\$ 102 milhões, valor 98,6% superior ao registrado no 2T10, que foi de R\$ 52 milhões (+R\$ 51 milhões). Desta forma, a Margem Líquida no 2T11 alcançou 12,7%, valor superior em 5,77 p.p. à registrada no 2T10, de 6,9%.

Endividamento

INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Dívida bruta (R\$ mil)	1.272.464	1.322.063	-3,8%	1.287.440	-1,2%	1.272.464	1.322.063	-3,8%
(-) Disponibilidades - Caixa e Equivalentes (R\$ mil)	29.893	70.267	-57,5%	38.819	-23,0%	29.893	70.267	-57,5%
Dívida líquida (R\$ mil)	1.242.571	1.251.796	-0,7%	1.248.621	-0,5%	1.242.571	1.251.796	-0,7%
Dívida bruta / EBITDA(3)*	2,08	1,33	56,4%	2,32	-10,3%	2,08	1,33	56,4%
EBITDA(3) / Encargos de Dívida(3)*	4,01	6,90	-41,9%	3,73	7,5%	4,01	6,90	-41,9%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,42	0,44	-4,5%	0,44	-4,5%	0,42	0,44	-4,5%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,42	0,43	-2,3%	0,43	-2,3%	0,42	0,43	-2,3%

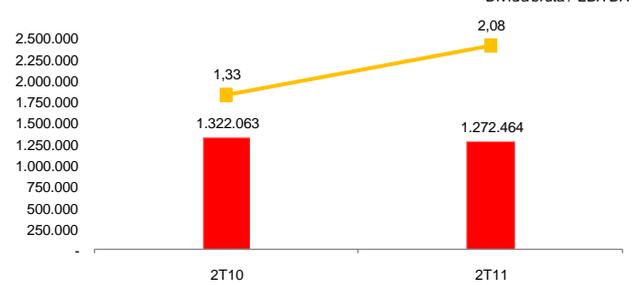
(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

(3) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses

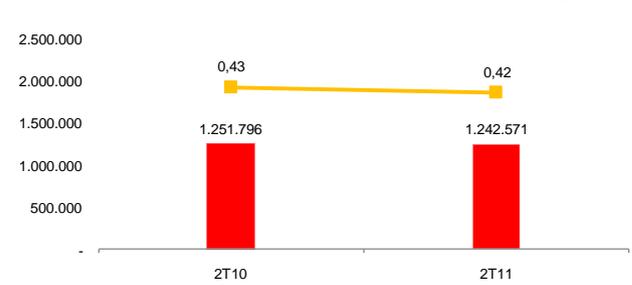
A dívida financeira bruta da Ampla encerrou o 2T11 em R\$ 1.272 milhões, uma redução de 3,8% em relação ao 2T10, que foi de R\$ 1.322 milhões (-R\$ 50 milhões), reflexo das amortizações ocorridas no período.

A Ampla encerrou o 2T11 com o custo médio da dívida em 13,41% a.a., ou CDI + 0,8% a.a.

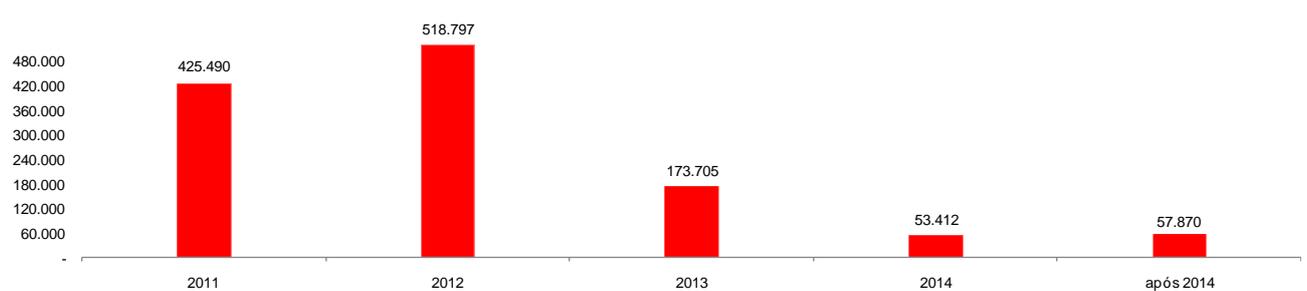
Dívida Bruta (R\$ Mil) e Dívida Bruta / EBITDA* (Veze) Evolução 2T10 - 2T11



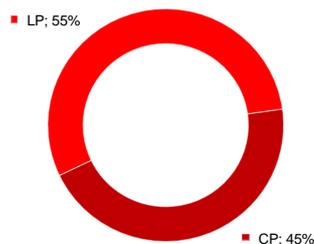
Dívida Líquida (R\$ Mil) e Alavancagem (Veze) Evolução 2T10 - 2T11



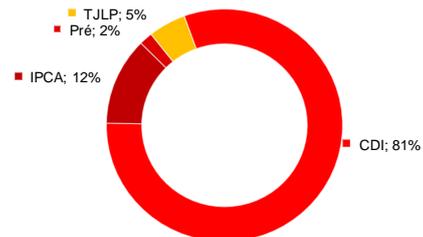
Curva de Amortização (R\$ Mil) Posição Final no 2T11



Abertura da Dívida Bruta - CP e LP Posição Final no 2T11



Abertura da Dívida Bruta - Indexadores Posição Final no 2T11

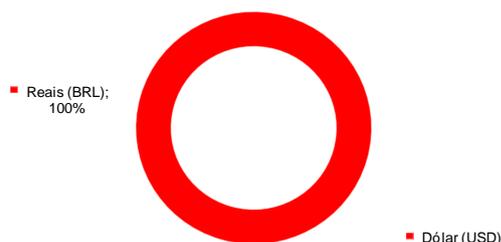


* Valores não auditados

Comentário do Desempenho

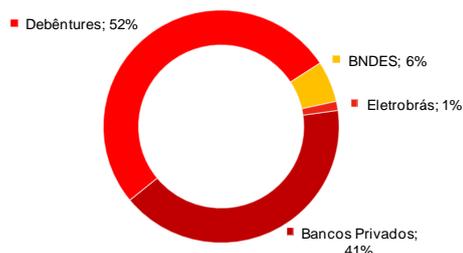
Abertura da Dívida Bruta - Moedas

Posição Final no 2T11



Abertura da Dívida Bruta - Credor

Posição Final no 2T11



Investimentos

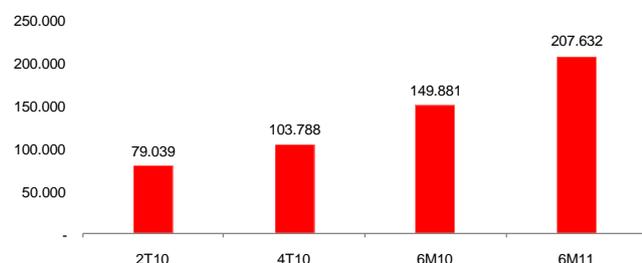
INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Investimentos por Demanda	35.294	33.417	5,6%	50.141	-29,6%	85.435	64.128	33,2%
Novas Conexões	33.315	32.071	3,9%	49.017	-32,0%	82.332	62.631	31,5%
Atendimento à Demanda	1.979	1.346	47,0%	1.124	76,1%	3.103	1.497	107,3%
Qualidade do Sistema Elétrico	908	5	-	1.753	-48,2%	2.662	4	-
Programa Luz para Todos (PLPT)	417	3.905	-89,3%	1.402	-70,3%	1.818	6.406	-71,6%
Combate às Perdas	45.039	34.476	30,6%	24.093	86,9%	69.133	63.872	8,2%
Outros	22.130	7.236	205,8%	26.455	-16,3%	48.584	15.471	214,0%
Total Investido	103.788	79.039	31,3%	103.844	-0,1%	207.632	149.881	38,5%
Aportes / Subsídios	(4.000)	(1.265)	216,2%	(986)	-	(4.986)	(1.466)	240,1%
Investimento Líquido	99.788	77.774	28,3%	102.858	-3,0%	202.646	148.415	36,5%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

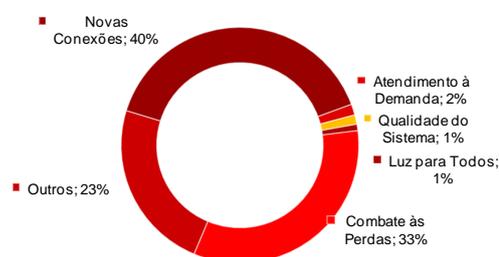
Investimentos Totais (R\$ Mil)*

Evolução 2T10 - 2T11 e 6M10 - 6M11



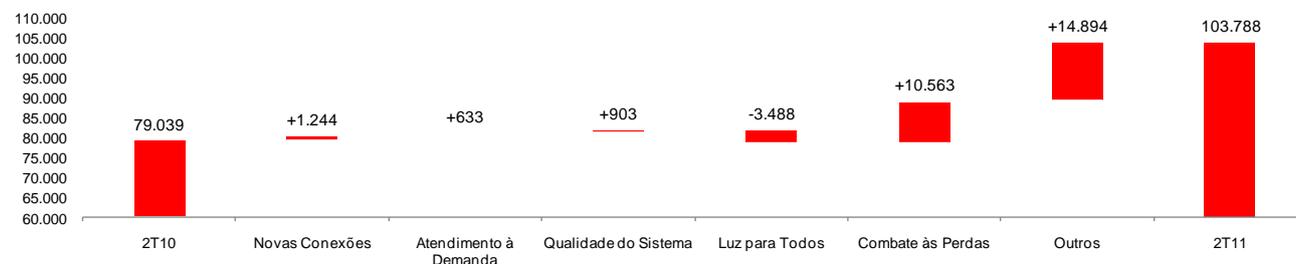
Portfólio de Investimentos (R\$ mil)

2T11



Análise da Evolução dos Investimentos (R\$ Mil)*

Evolução 2T10 - 2T11



Os investimentos realizados pela Ampla no 2T11 alcançaram R\$ 104 milhões*, um incremento de 31,3% (+R\$ 25 milhões) em relação ao 2T10, cujo montante foi de R\$ 79 milhões*. Esta evolução está concentrada, basicamente, nos investimentos em combate às perdas e outros, que apresentaram um incremento de R\$ 24 milhões no período.

O maior volume, em 2010, foi direcionado ao programa de combate às perdas, que representou 43,4% (R\$ 45 milhões) de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios realizados, os investimentos líquidos realizados pela Ampla atingiram R\$ 100 milhões*, montante 28,3% superior ao realizado no 2T10 (R\$ 78 milhões).

Comentário do Desempenho

Mercado de Capitais

COTAÇÃO DE FECHAMENTO (R\$/MIL AÇÕES)*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Ordinárias - ON (CBEE3)	1,29	1,47	-12,2%	1,18	9,3%	1,29	1,47	-12,2%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

INDICADORES DE MERCADO*

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Informações sobre Ação Ordinária (CBEE3)								
Cotação (R\$/mil ações)	1,29	1,47	-12,2%	1,18	9,3%	1,29	1,47	-12,2%
Média Diária de Negócios	2	5	-60,0%	5	-60,0%	3	27	-88,9%
Média Diária de Volume Financeiro (R\$)	3.806	8.923	-57,3%	12.247	-68,9%	8.026	88.567	-90,9%
Valor de Mercado (R\$ milhões)	5.060	5.766	-12,2%	4.629	9,3%	5.060	5.766	-12,2%
Enterprise Value (EV(3)) (R\$ milhões)	6.303	7.018	-10,2%	5.877	7,2%	6.303	7.018	-10,2%
EV/EBITDA(4)	10,28	7,06	45,6%	10,60	-3,0%	10,28	7,06	45,6%
Preço da Ação / Lucro por Ação(4) (P/L)	24,83	13,79	80,1%	30,27	-18,0%	24,83	13,79	80,1%
Dividend Yield da Ação (5)	4,21%	4,56%	-0,35 p.p	4,60%	-0,39 p.p	4,21%	4,56%	-0,35 p.p
Valor de Mercado/Patrimônio Líquido	2,94	3,46	-15,0%	2,82	4,3%	2,94	3,46	-15,0%

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

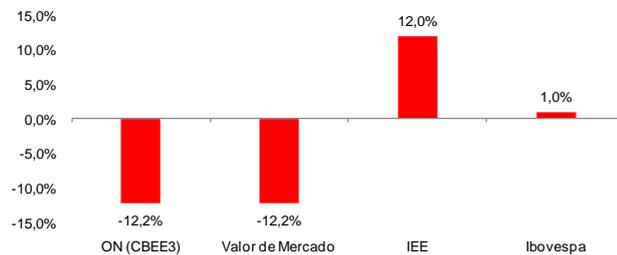
(3) EV = Valor de mercado + Dívida líquida

(4) EBITDA e Lucro por Ação dos quatro últimos trimestres

(5) Proventos por Ação pagos nos últimos 4 trimestres / Preço da Ação no final do período

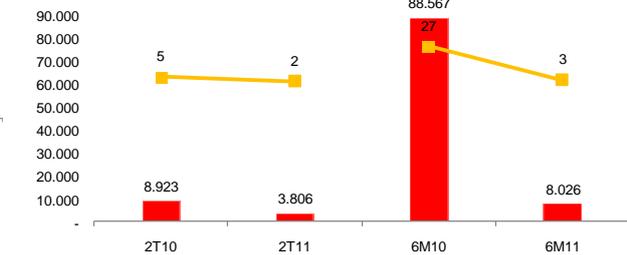
Indicadores de Mercado - Variação (%)*

Dados de 2T11



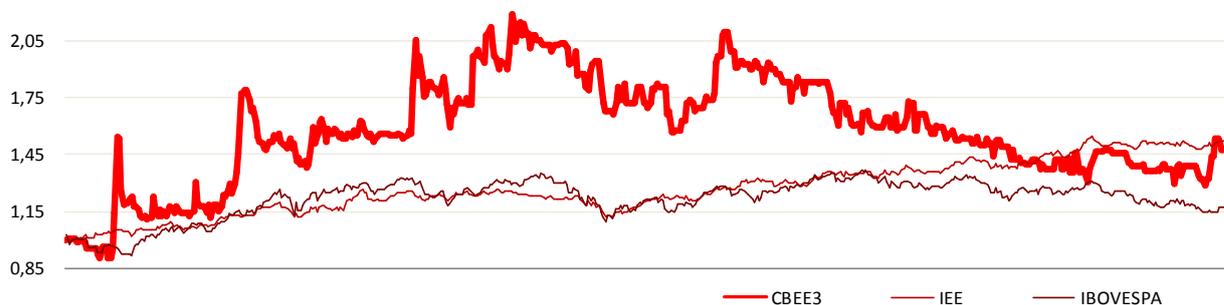
Média Diária de Negócios (Negócios) e Volume Médio Diário (R\$)*

Evolução 4T09 - 4T10 e 2009 - 2010



EVOLUÇÃO DIÁRIA CBEE3, IEE E IBOVESPA - BASE 1

Dados de jun/2009 a jun/2010



0,4% do Capital Social da Ampla estão em livre negociação na BM&FBovespa, e representam o seu *free float*, 7,7% pertencem a EDP – Energias de Portugal S/A, enquanto os demais 91,9% estão nas mãos do grupo controlador.

A Ampla possui, atualmente, 1 papel negociado na BM&FBovespa: sua ação ordinária (CBEE3), que no 2T11 teve uma média de 2 negócios diários e um volume financeiro diário médio de R\$ 3,8 mil.

A ação ordinária (CBEE3) apresentou desvalorização de 12,2% no 2T11 em relação ao 2T10, enquanto o Ibovespa e o IEE apresentaram valorizações de 2,4% e 24,9% respectivamente.

* Valores não auditados

Comentário do Desempenho

Em Assembléia Geral Ordinária – AGO, realizada em 29 de abril de 2011, foi deliberada a distribuição de R\$ 51 milhões em dividendos relativos ao exercício de 2010, o que representa um *payout* de 45% sobre o lucro líquido e um dividendo de R\$ 0,013083694513 por lote de mil ações.

5

OUTROS TEMAS RELEVANTES

Reajuste Tarifário de 2011

O Reajuste Tarifário da Ampla, publicado pela Aneel em 09 de março de 2011 e com vigência a partir do dia 15 do mesmo mês, estabeleceu aumento médio das tarifas da Ampla em 10,91%. Para os consumidores de baixa tensão, o reajuste médio percebido foi de -5,09%, enquanto para os consumidores de média e alta tensão o incremento variou de 10,57% a +13,21%.

Comentário do Desempenho

ANEXO 1: DEMONSTRATIVO DE RESULTADOS

DEMONSTRATIVO DE RESULTADO (R\$ MIL)

	2T11	2T10	Var. %	1T11	Var. %(1)	6M11	6M10	Var. %(2)
Receita Operacional	1.224.622	1.135.964	7,8%	1.270.660	-3,6%	2.495.281	2.402.452	3,9%
Fornecimento de Energia	1.020.280	900.326	13,3%	1.053.812	-3,2%	2.074.092	2.021.386	2,6%
Baixa Renda	21.997	57.977	-62,1%	21.581	1,9%	43.578	83.218	-47,6%
Suprimento de Energia Elétrica	11.428	8.011	42,7%	9.117	25,3%	20.545	15.507	32,5%
Receita pela Disponibilidade da Rede Elétrica	55.600	52.703	5,5%	69.042	-19,5%	124.642	97.572	27,7%
Receita - IFRIC 12	98.449	98.413	0,0%	102.858	-4,3%	201.307	145.462	38,4%
Outras Receitas	16.868	18.534	-9,0%	14.250	18,4%	31.118	39.307	-20,8%
Deduções da Receita	(416.431)	(389.151)	7,0%	(449.495)	-7,4%	(865.926)	(832.347)	4,0%
ICMS	(265.599)	(251.406)	5,6%	(299.787)	-11,4%	(565.386)	(552.201)	2,4%
COFINS	(58.092)	(54.488)	6,6%	(58.848)	-1,3%	(116.940)	(118.889)	-1,6%
PIS	(12.612)	(11.830)	6,6%	(12.952)	-2,6%	(25.564)	(25.812)	-1,0%
ISS	(416)	(512)	-18,8%	(980)	-57,6%	(1.396)	(1.580)	-11,6%
Quota Reserva Global de Reversão - RGR	(14.145)	(13.286)	6,5%	(14.028)	0,8%	(28.173)	(25.864)	8,9%
Conta de Consumo de Combust. Fosséis - CCC e Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	(56.469)	(51.363)	9,9%	(54.108)	4,4%	(110.577)	(94.686)	16,8%
Programa de Eficiência Energética e P&D	(7.030)	(6.266)	12,2%	(6.580)	6,8%	(13.610)	(13.315)	2,2%
Encargo de Capacidade/Aquisição Emergencial/Outros	(2.068)	-	-	(2.212)	-6,5%	(4.280)	-	-
Receita Operacional Líquida	808.191	746.813	8,2%	821.165	-1,6%	1.629.356	1.570.105	3,8%
Custo do Serviço / Despesa Operacional	(629.622)	(615.333)	2,3%	(684.289)	-8,0%	(1.313.390)	(1.219.903)	7,7%
Custos e despesas não gerenciáveis	(347.261)	(342.975)	1,2%	(405.332)	-14,3%	(752.593)	(714.390)	5,3%
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(282.555)	(276.477)	2,2%	(336.988)	-16,2%	(619.543)	(587.193)	5,5%
Taxa de Fiscalização da ANEEL	(1.681)	(1.792)	-6,2%	(1.791)	-6,1%	(3.472)	(3.441)	0,9%
Encargo do Uso da Rede Elétrica	(49.939)	(61.582)	-18,9%	(47.961)	4,1%	(97.900)	(98.430)	-0,5%
Encargo se Serviço do Sistema - ESS	(13.086)	(3.124)	-	(18.592)	-29,6%	(31.678)	(25.326)	25,1%
Custos e despesas gerenciáveis	(282.361)	(272.358)	3,7%	(278.957)	1,2%	(560.797)	(505.512)	10,9%
Pessoal	(34.462)	(35.843)	-3,9%	(32.757)	5,2%	(66.698)	(67.822)	-1,7%
Material e Serviços de Terceiros	(58.177)	(64.807)	-10,2%	(63.540)	-8,4%	(121.717)	(129.717)	-6,2%
Depreciação e Amortização	(47.250)	(36.115)	30,8%	(44.870)	5,3%	(92.120)	(78.801)	16,9%
Prov. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.469)	(25.999)	-40,5%	(12.784)	21,0%	(28.253)	(44.266)	-36,2%
Provisões para Contingências	(19.863)	(3.601)	-	(15.696)	26,5%	(35.559)	(24.022)	48,0%
Despesa - IFRIC 12	(98.449)	(98.413)	0,0%	(102.858)	-4,3%	(201.307)	(145.462)	38,4%
Outras Despesas Operacionais	(8.691)	(7.580)	14,7%	(6.452)	34,7%	(15.143)	(15.422)	-1,8%
EBITDA (3)	225.819	167.594	34,7%	181.746	24,2%	408.086	429.003	-4,9%
Margem EBITDA	27,94%	22,44%	5,50 p.p	22,13%	5,81 p.p	25,05%	27,32%	-2,27 p.p
Resultado do Serviço	178.569	131.479	35,8%	136.876	30,5%	315.966	350.202	-9,8%
Resultado Financeiro	(22.953)	(53.541)	-57,1%	(47.832)	-52,0%	(70.785)	(86.692)	-18,3%
Receita Financeira	43.742	14.464	202,4%	22.133	97,6%	65.875	47.642	38,3%
Renda de Aplicações Financeiras	1.419	7.166	-80,2%	1.839	-22,8%	3.258	14.849	-78,1%
Variações Monetárias/Cambiais	1.387	764	81,5%	671	106,7%	2.058	1.353	52,1%
Acréscimo Moratário sobre Conta de Energia	12.522	11.709	6,9%	12.237	2,3%	24.759	23.939	3,4%
Receita de Ativo Indenizável	24.046	6.017	299,6%	6.452	272,7%	30.498	15.750	93,6%
Outras	4.368	(11.192)	-139,0%	934	367,7%	5.302	(8.250)	-164,3%
Despesas financeiras	(66.695)	(68.005)	-1,9%	(69.965)	-4,7%	(136.660)	(134.334)	1,7%
Encargo de Dívidas	(36.002)	(32.066)	12,3%	(37.026)	-2,8%	(73.028)	(64.126)	13,9%
Encargos com Fundo de Pensão	(5.634)	(2.230)	152,6%	(5.633)	0,0%	(11.267)	(7.039)	60,1%
Encargos e Atualização de Contingências	(8.747)	(15.817)	-44,7%	(3.540)	147,1%	(12.287)	(31.214)	-60,6%
Variações Monetárias/Cambiais	(3.417)	(8.179)	-58,2%	(153)	2133,3%	(3.570)	(13.744)	-74,0%
Outras	(12.895)	(9.713)	32,8%	(23.613)	-45,4%	(36.508)	(18.212)	100,5%
Lucro Antes dos Tributos e Participações	155.616	77.938	99,7%	89.044	74,8%	245.181	263.510	-7,0%
Tributos	(53.130)	(26.337)	101,7%	(30.502)	74,2%	(83.632)	(89.641)	-6,7%
CSSL	(8.904)	(4.769)	86,7%	-	-	(8.904)	(14.619)	-39,1%
IR	(24.393)	(8.693)	180,6%	(28.669)	-14,9%	(53.062)	(35.099)	51,2%
IR/CSSL Diferido	(19.833)	(12.875)	54,0%	(1.833)	-	(21.666)	(39.923)	-45,7%
Lucro Líquido do Período	102.486	51.601	98,6%	58.542	75,1%	161.549	173.869	-7,1%
Margem Líquida	12,68%	6,91%	5,77 p.p	7,13%	5,55 p.p	9,91%	11,07%	-1,16 p.p
Lucro por Ação (R\$/lote de mil ações)	0,026	0,013	200,0%	0,015	200,0%	0,041	0,044	-

(1) Variação entre 2T11 e 1T11 e (2) Variação entre 6M11 e 6M10

(3) EBITDA: Resultado do Serviço + Depreciações e Amortizações

Notas Explicativas

AMPLA ENERGIA E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

PARA O PERÍODO FINDO EM 30 JUNHO DE 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Ampla Energia e Serviços S.A. (“Companhia”), com sede na Praça Leoni Ramos, 01, Niterói, RJ, é uma sociedade por ações de capital aberto registrada na bolsa de valores de São Paulo (BOVESPA), concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a explorar os sistemas de distribuição e comercialização de energia elétrica e participar de pesquisas vinculadas ao setor energético, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Companhia tem como área de concessão 66 municípios, sendo 65 do estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais. A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 005/1996, de 09 de dezembro de 1996, da ANEEL, com vencimento para abril de 2026.

A autorização para conclusão da preparação destas Informações Trimestrais (“ITR”) ocorreu em reunião de diretoria realizada em 08 de agosto de 2011.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1 Declaração de conformidade

As informações trimestrais foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente. As informações trimestrais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) e Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”), que estão em conformidade com as normas

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB - International Accounting Standards Board.

Na elaboração das informações trimestrais foram adotados princípios e práticas contábeis consistentes com os divulgados nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2010, publicadas na imprensa oficial em 20 de abril de 2011 e com os princípios e práticas contábeis emitidos pelo CPC e regulamentados pela CVM, que dispõem sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09 na elaboração das informações intermediárias.

2.2 Base de elaboração

As informações trimestrais foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requerido nas normas.

2.3 Informações por segmento

O pronunciamento técnico CPC 22 - Informações por segmento, correspondente ao IFRS 8 - *Operating segments*, requer que os segmentos operacionais sejam identificados com base nos relatórios internos sobre os componentes da Companhia que sejam regularmente revisados pelo mais alto tomador de decisões (*“chief operating decision maker”*), com o objetivo de alocar recursos aos segmentos, bem como avaliar suas performances. A Administração efetuou a análise e concluiu que a Companhia opera com um único segmento - distribuição de energia - não sendo aplicável a divulgação específica de uma nota explicativa de “informações por segmento”.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas.

Os serviços de distribuição de energia elétrica são medidos através da entrega de energia elétrica ocorrida em um determinado período. Essa medição ocorre de acordo com o calendário de leitura estabelecido pela Companhia. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário de leitura, sendo a receita de serviços registrada na medida em que as faturas são emitidas. Com a finalidade de adequar as leituras ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa.

2.4.1 Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

2.4.2 Receita de construção

A ICPC 01 estabelece que o concessionário de energia elétrica deve registrar e mensurar a receita dos serviços que presta de acordo com os pronunciamentos técnicos CPC 17 – Contratos de construção (serviços de construção ou melhoria) e CPC 30 – Receitas (serviços de operação – fornecimento de energia elétrica), mesmo quando regidos por um único contrato de concessão.

A Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a distribuição de energia elétrica; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas. Mensalmente, a totalidade das adições efetuadas ao ativo intangível em curso é transferida para o resultado, como custo de construção, após dedução dos recursos provenientes do ingresso de obrigações especiais.

2.4.3 Receita de juros

A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto, sendo a taxa de juros efetiva aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial deste ativo.

2.5 Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros.

Quando reconhecidos, os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros.

2.5.1 Ativo financeiro

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja: caixa, instrumento patrimonial de outra entidade, direito contratual, ou um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Os ativos financeiros são classificados dentro das seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado (os mantidos para

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

negociação e os designados assim no reconhecimento inicial); ativos financeiros mantidos até o vencimento e ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. Esta classificação depende da natureza e do propósito do ativo financeiro, que é determinada no seu reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação. As aquisições ou alienações normais correspondem a aquisições ou alienações de ativos financeiros que requerem a entrega de ativos dentro do prazo estabelecido por meio de norma ou prática de mercado.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de consumidores concessionários permissionários, concessão de serviço público (ativo indenizável) e cauções. A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

a) Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

b) Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Após a avaliação inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são avaliados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, menos perdas por redução ao valor recuperável.

c) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou “prêmio” na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) A Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) A Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

d) Ativos financeiros disponíveis para venda

- Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado.
- Após mensuração inicial, ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados a valor justo, com ganhos e perdas não realizados reconhecidos diretamente dentro dos outros resultados abrangentes até a baixa do investimento, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável, dos juros calculados utilizando o método de juros efetivos e dos ganhos ou perdas com variação cambial sobre ativos monetários que são reconhecidos diretamente no resultado do período.

e) Provisão para redução ao provável valor recuperação de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada data de balanço. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

2.5.1.1 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, contas bancárias e investimentos de curto prazo com liquidez imediata e com insignificante risco de variação no seu valor. Estão registrados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos auferidos até a data do balanço, ajustado ao valor justo do instrumento financeiro. Os

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

juros e atualização monetária, assim como as variações decorrentes da avaliação do valor justo são reconhecidos no resultado quando incorrido.

2.5.1.2 Consumidores, concessionários e permissionários

As contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários referem-se aos créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE até a data do balanço e contabilizadas pelo regime de competência e são demonstradas pelo valor de realização. Os montantes a receber são registrados com base nos valores nominais e não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo, e por não apresentarem um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

2.5.1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

2.5.2. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Outros passivos financeiros”.

2.5.2.1 Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

2.5.2.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos, debêntures e fornecedores) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

2.5.2.3 Baixa de passivos financeiros

A Companhia registra a baixa dos passivos financeiros somente quando as obrigações são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

2.5.2.4 Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua carteira de investimentos de fundos exclusivos utilizando contratos futuros de taxa de juros. A nota explicativa nº 31 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos contratados pela Companhia.

Os instrumentos financeiros derivativos são reconhecidos ao valor justo, sendo os ganhos ou perdas reconhecidos no resultado imediatamente.

2.6 Ativo indenizável (concessão)

Refere-se à indenização prevista no contrato de concessão de serviços públicos de distribuição de energia elétrica e que no entendimento da Companhia assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente (ANEEL). Essa indenização tem como objetivo reembolsar a Companhia pelos investimentos efetuados em infra-estrutura e que não foram recuperados por meio da tarifa até o vencimento da concessão por possuírem vida útil superior ao prazo da concessão.

Estes ativos financeiros, por não possuírem fluxos de caixa fixos determináveis, uma vez que a Companhia utiliza a premissa de que o valor da indenização terá como base o custo de reposição dos ativos da concessão, e por não possuírem as características necessárias para serem classificados nas demais categorias de ativos financeiros, são classificados como “disponíveis para venda”. Os fluxos de caixa atrelados a esses ativos são determinados considerando o valor da base tarifária denominada Base de Remuneração Regulatória - BRR, definida pelo Poder Concedente, cuja metodologia utilizada é o custo de reposição dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição vinculada à concessão. Essa base tarifária (BRR) é revisada a cada quatro anos considerando diversos fatores e tem como objetivo refletir a variação de preços dos ativos físicos, incluindo as baixas, depreciações e adições dos bens integrantes dessa infraestrutura (ativo físico).

A remuneração desse ativo financeiro é baseada no WACC regulatório homologado pela ANEEL no processo de revisão tarifária periódica a cada quatro anos, cujo montante está incluído na composição da receita de tarifa faturada aos consumidores e recebida mensalmente. Nos períodos intercalares entre a data da última e próxima revisão tarifária periódica, o saldo do ativo financeiro deve ser ajustado pela expectativa da Administração de aumento ou redução dos seus fluxos de caixa vinculados à

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

atualização e movimentação dos bens integrantes da infraestrutura (ativo físico). Essas variações da estimativa de fluxo de caixa são registradas diretamente no resultado do exercício.

Por não existir um mercado ativo para a negociação desse ativo financeiro, a Companhia mensura o seu valor justo utilizando os mesmos componentes que da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela Aneel (WACC Regulatório). Esses componentes atualizados na data do balanço determinam a nova taxa de juros utilizada pela Companhia para trazer a valor presente os fluxos de caixa fixos estabelecidos na última revisão tarifária e previstos até a próxima revisão em 2012.

Devido à natureza deste ativo financeiro, a Companhia entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

2.7 Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

2.8 Ativo intangível

Compreende o direito de uso da infraestrutura, construída ou adquirida pelo operador ou fornecida para ser utilizada pela outorgante como parte do contrato de concessão do serviço público de energia elétrica (direito de cobrar dos usuários do serviço público por ela prestado), em consonância com as disposições das Deliberações CVM nºs 553 de 12 de novembro de 2008, 611 de 22 de dezembro de 2009 e 654 de 28 de dezembro de 2010, que aprovam respectivamente o CPC 04 – Ativos intangível, o ICPC 01 – Contratos de concessão e o OCPC05 – Contratos de concessão.

O ativo intangível está sendo amortizado de forma não linear e limitado ao prazo remanescente do contrato de concessão da Companhia ou vida útil do bem relacionado, dos

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

dois o menor. Esse ativo intangível é avaliado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

2.9 Provisão para redução ao provável valor de realização dos ativos não circulantes

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos seus ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 não foi identificada necessidade de reconhecimento de perda por redução ao valor recuperável.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

se, e somente se, o reembolso for praticamente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

2.10.1 Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

São constituídas mediante avaliação e quantificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada mais provável que não. As referidas provisões são atualizadas pelos índices e taxas estabelecidas pelas autoridades fiscais e os honorários de advogados relacionados com tais provisões são registrados.

2.11 Tributação

2.11.1 Imposto de renda e contribuição social - correntes

A despesa de imposto de renda e contribuição social é calculada de acordo com as bases legais tributárias vigentes. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

2.11.2 Impostos diferidos

Os impostos diferidos ativos atribuíveis a diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseado nas projeções de resultados preparados pela Administração da Companhia.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada anualmente e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Ativos e passivos fiscais diferidos são calculados usando as alíquotas de impostos conhecidas aplicáveis ao lucro tributável nos anos em que essas diferenças temporárias deverão ser realizadas. Dada a incerteza inerente às estimativas, o lucro tributável futuro poderá ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando do montante do ativo fiscal a ser registrado.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando a compensação é permitida por Lei.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Outros resultados abrangentes”, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Outros resultados abrangentes” ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

2.12 Taxas regulamentares

Por atuar em um setor regulado, a Companhia está sujeita ao pagamento de algumas taxas regulamentares, que são registradas e demonstradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas. As principais taxas regulamentares aplicáveis à Companhia são as seguintes:

2.12.1 Reserva Global de Reversão (RGR)

Refere-se à provisão dos valores a serem pagos à Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – ELETROBRÁS, calculadas à base de 2,5% sobre o saldo de imobilizado (sem a aplicação do ICPC 01, conforme definido pela ANEEL), limitada a 3% da receita bruta de operações com energia elétrica. Tais valores são regulamentados em bases anuais através de despachos emitidos pela Superintendência de Fiscalização Econômica Financeira (SFF) da ANEEL.

2.12.2 Conta Consumo de Combustível (CCC)

Parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: pagar as despesas com o combustível usado nas térmicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e; subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

2.12.3 Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Tem o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

2.12.4 Programas de Eficientização Energética (PEE) – Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) – Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

2.12.5 Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)

Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

2.12.6 Encargo do Serviço do Sistema – ESS

Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

2.13 Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e atualizações monetárias incorridas (passivos).

2.14 Participação nos resultados

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em uma fórmula que leva em consideração o alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. O valor atribuída a essa participação é registrado como despesa operacional.

2.15 Distribuição de dividendos

A política de reconhecimento contábil de dividendos está em consonância com as normas previstas no pronunciamento técnico CPC 25 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes e na interpretação técnica ICPC 08 - Contabilização da proposta de pagamento de dividendos, as quais determinam que os dividendos propostos a serem pagos e que estejam fundamentados em obrigações estatutárias, devem ser registrados no passivo circulante.

O estatuto social da Companhia estabelece que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendos, após destinação para reserva legal.

Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório ainda não distribuído no curso do exercício, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como “dividendo adicional proposto” no patrimônio líquido.

2.16 Obrigações com benefícios pós-emprego

A Companhia possui plano de benefício a empregados incluindo planos de pensão e aposentadoria e assistência médica.

Os compromissos atuariais com os planos de benefícios de pensão e aposentadoria são provisionados com base em cálculo atuarial elaborado anualmente por atuário independente, de acordo com o método da unidade de crédito projetada, líquido dos ativos garantidores do plano, quando aplicável, sendo os custos correspondentes reconhecidos durante o período aquisitivo dos empregados, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 – Benefícios a empregados. O método da unidade de crédito projetada considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente, são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biológicas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria e os compromissos atuariais relacionados ao plano de assistência médica são reconhecidos em outros resultados abrangentes, em conformidade com as regras do CPC 33, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente, conforme detalhes divulgados na nota explicativa nº 25.

2.17 Demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 547, de 13 de agosto de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos fluxos de caixa. As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração não identificou julgamentos que têm efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas informações trimestrais.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo período financeiro, são discutidas a seguir.

Perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização das contas a receber, levando em consideração as perdas históricas e uma avaliação individual das contas a receber com riscos de realização. A provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes.

Benefícios de aposentadoria

O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revisadas a cada data-base. Para mais detalhes sobre as premissas utilizadas, vide nota 25.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e contas correntes bancárias	25.767	17.779
Aplicações financeiras	<u>3.978</u>	<u>19.789</u>
Total de caixa e equivalentes de caixa	<u><u>29.745</u></u>	<u><u>37.568</u></u>

Os saldos classificados como caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Companhia considera como equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

<u>Tipo de Aplicação</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundos de investimentos exclusivos (c)	218	14.196
Outras aplicações financeiras		
CDB - Certificado de Depósito Bancário (b)	735	1.096
Fundo de Investimento (a)	3.025	4.497
Subtotal de outras aplicações financeiras	<u>3.760</u>	<u>5.593</u>
Total de aplicações financeiras	<u>3.978</u>	<u>19.789</u>

Os saldos de aplicações financeiras alocadas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata e estão classificados como disponível para negociação, portanto, valorizados a mercado em 30 de junho de 2011 e 31 de dezembro de 2010:

- (a) Fundos de investimentos multipatrocinados de renda fixa administrados por instituições financeiras de primeira linha, que busca retorno por meio de investimentos em títulos públicos e/ou títulos privados de modo conservador.
- (b) Certificado de depósito bancário ou operação compromissada com liquidez diária;
- (c) Fundos exclusivos onde os cotistas são empresas do grupo Endesa Brasil e têm em carteira títulos públicos, CDBs, operações compromissadas e outros.

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Fundos exclusivos		
Títulos Públicos	131	20.558
Operações Compromissadas	8	3.581
Outros	9	1.475
Total de outros ativos financeiros	<u>148</u>	<u>25.614</u>

As aplicações financeiras dos fundos exclusivos aqui consideradas são os títulos públicos pós e pré-fixados, operações compromissadas e outros como DPGE (Depósito a prazo com garantia especial), operações com contratos futuros de DI e FIs de baixo risco.

A composição total da carteira de fundos em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 está apresentada abaixo:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Classificados como Equivalentes de Caixa		
Fundos de investimentos exclusivos	218	14.196
CDB - Certificado de Depósito Bancário	735	1.096
Quotas de Fundo de Investimento	<u>3.025</u>	<u>4.497</u>
Total Classificado como Equivalentes de Caixa	<u>3.978</u>	<u>19.789</u>
Classificados como Aplicações Financeiras		
Títulos Públicos	131	20.558
Operações Compromissadas	8	3.581
Outros	<u>9</u>	<u>1.475</u>
Total Classificado como Aplicações Financeiras	<u>148</u>	<u>25.614</u>
Total de Aplicações Financeiras	<u><u>4.126</u></u>	<u><u>45.403</u></u>

6. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIOS E PERMISSIONÁRIOS

	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
				30/06/2011	31/12/2010
I) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante					
Classe de consumidores:					
Residencial	77.999	82.492	58.228	218.719	193.766
Industrial	48.409	5.099	10.618	64.126	39.221
Comercial	39.089	17.805	23.727	80.621	54.050
Rural	11.631	1.781	8.774	22.186	15.022
Poder público Iluminação Pública	40.766	23.434	90.634	154.834	137.260
Serviço público	4.946	192	2.874	8.012	3.229
Revenda	<u>5.772</u>	<u>-</u>	<u>46</u>	<u>5.818</u>	<u>4.314</u>
Subtotal	<u>228.612</u>	<u>130.803</u>	<u>194.901</u>	<u>554.316</u>	<u>446.862</u>
Receita não faturada (b)	115.288	-	-	115.288	164.272
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	-	-	7.836	7.836	14.040
Outros créditos	<u>7.773</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>7.773</u>	<u>11.648</u>
Total circulante	<u>351.673</u>	<u>130.803</u>	<u>202.737</u>	<u>685.213</u>	<u>636.822</u>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	<u>(176.918)</u>	<u>(169.057)</u>
Total líquido de consumidores, concessionários e permissionários no ativo circulante	<u>351.673</u>	<u>130.803</u>	<u>202.737</u>	<u>508.295</u>	<u>467.765</u>
II) Consumidores, concessionários e permissionários no ativo não circulante					
Parcelamento de débitos (a)	80.952	-	-	80.952	74.006
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	<u>(52.878)</u>	<u>(53.164)</u>
Total não circulante	<u>80.952</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>28.074</u>	<u>20.842</u>

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Saldos em 31 de dezembro de 2010	(222.221)
(Adição) reversão	(28.253)
Baixa	<u>20.678</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u><u>(229.796)</u></u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

(a) Parcelamento de débitos

Os parcelamentos de débitos correspondem a contratos firmados entre a Companhia e seus clientes para a renegociação de contas de energia em atraso.

(b) Receita não faturada

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base nos critérios estabelecidos pela legislação regulatória aliada à análise dos riscos de perdas dos valores vencidos de clientes, questões judiciais e um percentual sobre dívidas parceladas. É considerada suficiente pela Companhia para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

7. CONSUMIDORES DE BAIXA RENDA

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02.

Com o advento da Lei 12.212/2010, regulamentada pela Resolução Normativa ANEEL nº. 407/2010, foram estabelecidos os novos critérios para o recebimento da Tarifa Social de Energia Elétrica pelos consumidores de baixa renda. De acordo com a nova regulamentação, não há mais qualquer critério de enquadramento por consumo, podendo obter o subsídio de baixa renda apenas aqueles que estejam cadastrados nos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) ou consumidores que recebam o Benefício de Prestação Continuada - BPC.

O saldo a receber em 30 de junho de 2011 é de R\$ 14.779, relativo às parcelas dos meses de maio e junho de 2011 (R\$ 14.234 em 31 de dezembro de 2010).

8. TRIBUTOS A COMPENSAR

	30/06/2011		31/12/2010	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Imposto de renda e contribuição social a compensar	7.321	-	4.505	-
ICMS a compensar	46.134	48.124	47.775	55.334
Pis e Cofins a compensar	7.110	25.283	5.021	24.903
Outros tributos a compensar	3.649	-	4.713	-
Total de tributos a compensar	<u>64.214</u>	<u>73.407</u>	<u>62.014</u>	<u>80.237</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

O montante de imposto de renda e contribuição social a compensar refere-se a retenções de IRRF sobre aplicações financeiras, IRRF/CSLL retidas na fonte por órgãos públicos e de pagamentos de IRPJ e CSLL por estimativa mensal.

O crédito de ICMS, registrado em ativo circulante e em ativo não circulante, no valor de R\$ 94.258 em 30 de junho de 2011 (R\$ 103.109 em 31 de dezembro 2010) refere-se, basicamente, à Lei Complementar nº 102/00, que determina que o crédito do ICMS, quando se referir à aquisição de bens para o Ativo Fixo (conforme definido pela legislação fiscal) seja compensado em 48 meses.

Os valores classificados na linha de Pis e Cofins a compensar se referem ao PIS semestralidade, com trânsito em julgado, oriundo de inconstitucionalidade dos Decretos-Leis nºs 2.445/88 e 2.449/88 e o direito à restituição da diferença entre os valores pagos com base nos aludidos Decretos e aqueles devidos de acordo com a Lei Complementar n.º 07/70. Adicionalmente, a Companhia possui retenções de PIS e COFINS de órgãos públicos.

9. CAUÇÕES E DEPÓSITOS

As aplicações em garantia correspondem a valores vinculados aos contratos de compra de energia elétrica, contratos de empréstimo junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e retenção contratual de fornecedores. Os valores em garantias são aplicados em Fundos de Investimento em renda fixa e Certificados de Depósito Bancário (CDB), negociados com bancos de primeira linha, com remuneração associada ao desempenho do CDI.

Em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010, o saldo de caixa em garantia estava disposto da seguinte forma:

Instituição	Tipo de Aplicação	Taxa	30/06/2011		31/12/2010	
			Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Bradesco Premium	Fundo de Investimento	11,74%	-	18.419	-	19.088
Itaú-Unibanco Top DI	Fundo de Investimento	11,77%	21.839	-	23.098	-
Bradesco	CDB	11,41%	-	3.863	-	3.664
Itaú	CDB	10,54%	-	4.170	-	13.254
Total			21.839	26.452	23.098	36.006

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

10. ATIVOS E PASSIVOS REGULATÓRIOS (ENERGIA LIVRE)

	30/06/2011			31/12/2010		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Ativos						
Encargo Emergencial	3.144	-	3.144	3.181	-	3.181
Total de Ativos Regulatórios	<u>3.144</u>	<u>-</u>	<u>3.144</u>	<u>3.181</u>	<u>-</u>	<u>3.181</u>
Passivos						
Energia Livre	22.891	7.288	30.179	4.798	15.877	20.675
Encargo Emergencial	873	-	873	873	-	873
Total de Passivos Regulatórios	<u>23.764</u>	<u>7.288</u>	<u>31.052</u>	<u>5.671</u>	<u>15.877</u>	<u>21.548</u>

Energia livre

O montante relacionado à energia livre (energia elétrica gerada e não-vinculada a contratos iniciais ou equivalentes) apurado de junho de 2001 a fevereiro de 2002 foi integralmente amortizado em 2009.

A Resolução ANEEL 387/2009 estabeleceu a metodologia de cálculo dos saldos da Energia Livre e da Perda de Receita, após o encerramento da cobrança da Recomposição Tarifária Extraordinária - RTE nas tarifas de fornecimento. Através da Resolução, a Aneel alterou a metodologia que foi aplicada durante todo o período pós-acionamento. Com a publicação do Despacho ANEEL/SFF de n.º 1.068/2011, foram fixados os montantes finais do Repasse de Energia Livre, a serem repassados entre Distribuidoras e Geradoras, ambas signatárias do Acordo Geral do Setor Elétrico, bem como os montantes finais a serem devolvidos aos consumidores finais, nos termos do § 3º do art. 2º da Resolução Normativa nº 387/2009.

Encargo emergencial

O encargo de aquisição emergencial vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004 e o encargo de capacidade emergencial foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005.

A Companhia repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência.

11. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Seguros	93	604
Proinfa	3.273	-
Custo de emissão de debêntures	38	-
Total de despesas antecipadas	<u>3.404</u>	<u>604</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

12. OUTROS CRÉDITOS

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Gastos a reembolsar - consumidores	3.521	3.688
Alienações em curso	2.896	3.268
Sindicato	5.658	5.658
Serviço em curso (a)	25.294	42.172
Consumidores - serviços prestados (b)	46.063	41.868
Gastos a reembolsar - iluminação pública	2.796	2.793
Convênio de arrecadação (c)	9.411	20.752
Adiantamentos a empregados	787	445
Assistência médica aposentados	4.055	4.170
Adiantamentos a fornecedores	3.059	6.722
Outros	1.129	292
Provisão para perda na realização de outros créditos	<u>(28.471)</u>	<u>(28.471)</u>
Total	<u><u>76.198</u></u>	<u><u>103.357</u></u>

- a) Serviços em curso: são registrados os custos (pessoal, material e serviços) com a realização de projetos de pesquisa e eficiência energética. A redução ocorreu devido a baixa de valores pelo encerramento de projetos de eficiência energética e P&D.
- b) Consumidores – serviços prestados: destina-se ao registro de créditos contra terceiros pela prestação de serviços, por créditos provenientes da alienação de bens e direitos de propriedade do concessionário e de outros créditos recebidos em caráter excepcional, como promessas de pagamento, parcelados ou não, incluindo novação de dívidas a receber.
- c) Convênio de arrecadação: representa o direito da Companhia de receber valores arrecadados por entidades conveniadas.

13. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS (DEPÓSITOS JUDICIAIS)

O saldo dos depósitos vinculados a litígios está segregado da seguinte forma:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Trabalhistas	71.717	67.100
Cíveis	52.363	51.737
Fiscais	21.549	24.613
Total	<u><u>145.629</u></u>	<u><u>143.450</u></u>

14. ATIVO INDENIZÁVEL (CONCESSÃO)

Os Contratos de Concessão de Distribuição nº 05/96 - ANEEL, de 9 de dezembro de 1996 celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a AMPLA Energia e Serviços S.A. (Concessionária - Operador), respectivamente, regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pelas Companhias, onde:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

- a) O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- b) O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- c) Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- d) O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica das Companhias, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da interpretação técnica ICPC 01 – Contratos de concessão e orientação OCPC 05, os quais fornecem orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

- a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e
- b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição, que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado e intangível da Companhia é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A movimentação dos saldos referentes ao ativo indenizável (Concessão) está assim apresentada:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2010	416.918
Transferências do ativo intangível	4.565
Receita financeira	30.498
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>451.981</u>

15. TRIBUTOS DIFERIDOS

A Companhia reconheceu o correspondente imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias, bem como sobre os prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL), cuja composição e origem estão demonstrados a seguir:

Ativo	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Prejuízo fiscal	-	2.568	-	923	-	3.491
Base negativa da CSLL	-	-	-	-	-	-
Diferenças temporárias						
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	109.814	111.579	39.533	40.169	149.347	151.748
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	64.567	62.673	23.244	22.562	87.811	85.235
Provisão para perdas de estoque	144	49	52	18	196	67
Provisão Enertrade	23.719	21.882	8.539	7.877	32.258	29.759
Outras provisões	9.171	7.990	3.302	2.876	12.473	10.866
Ativo indenizável (concessão)	-	3	-	1	-	4
Desreconhecimento de ativo regulatório	(11.571)	-	1	-	(11.570)	-
Benefício pós emprego	91.204	91.675	32.833	33.004	124.037	124.679
Total	287.048	298.419	107.504	107.430	394.552	405.849
Passivo	Imposto de Renda		Contribuição Social		Total	
	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010	30/06/2011	31/12/2010
Diferenças temporárias						
Desreconhecimento de passivo regulatório	17.552	10.364	6.319	3.731	23.871	14.095
Ativo indenizável (concessão)	7.387	6.950	2.659	2.502	10.046	9.452
Total	24.939	17.314	8.978	6.233	33.917	23.547

A movimentação dos saldos referentes aos tributos diferidos está assim apresentada:

	<u>Ativo</u>	<u>Passivo</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2010	405.849	23.547
Adições resultado do exercício	(11.297)	10.370
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>394.552</u>	<u>33.917</u>

Estudos técnicos de viabilidade indicam a recuperação dos valores de imposto de renda e da contribuição social, nos parâmetros determinados pelo pronunciamento técnico CPC 32 – Tributos sobre o lucro, os quais correspondem às melhores estimativas da Administração, cuja expectativa de realização de créditos fiscais está apresentada a seguir:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Ano de realização	Montante a realizar	
	30/06/2011	31/12/2010
2011	49.978	55.229
2012	54.020	54.691
2013	35.050	35.721
2014	34.723	35.394
2015 a 2017	107.568	109.582
2018 a 2020	113.213	115.232
Total	<u>394.552</u>	<u>405.849</u>

As projeções utilizadas para estabelecer o prazo de realização estão sujeitas a alterações periódicas.

16. INTANGÍVEL

O intangível, por natureza, está constituído da seguinte forma:

	Vida útil	30/06/2011			31/12/2010	
		Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
Em Serviço	19,76					
Direito de uso da concessão		3.782.032	(1.354.997)	(303.622)	2.123.413	2.180.990
Software		84.066	(64.104)	-	19.962	21.975
Em Curso						
Direito de uso da concessão		392.760	-	(9.157)	383.603	214.068
Software		13.069	-	-	13.069	14.303
Total		<u>4.271.927</u>	<u>(1.419.101)</u>	<u>(312.779)</u>	<u>2.540.047</u>	<u>2.431.336</u>

A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

	Em Serviço				Em Curso			Total
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais	Valor líquido	
Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.888.936	(1.406.965)	(279.008)	2.202.963	232.544	(4.171)	228.373	2.431.336
Adições	-	-	-	-	211.109	(4.986)	206.123	206.123
Reclassificações	(49.597)	74.211	(24.614)	-	-	-	-	-
Baixas	(6.500)	3.412	-	(3.088)	-	-	-	(3.088)
Amortização	-	(89.759)	-	(89.759)	-	-	-	(89.759)
Transferências	37.824	-	-	37.824	(37.824)	-	(37.824)	-
Transferências para o ativo indenizável	(4.565)	-	-	(4.565)	-	-	-	(4.565)
Saldo em 30 de junho de 2011	<u>3.866.098</u>	<u>(1.419.101)</u>	<u>(303.622)</u>	<u>2.143.375</u>	<u>405.829</u>	<u>(9.157)</u>	<u>396.672</u>	<u>2.540.047</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados individualmente, respeitando a vida útil de cada um deles, estipulada em média em 19,76 anos, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como ativo financeiro – ativo indenizável – concessão (Vide nota explicativa nº 14).

(a) Obrigações especiais vinculadas à concessão

As obrigações especiais vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício n° 1.314/2007-SFF/ANEEL de 27 de junho de 2007 que determina que tal registro seja iniciado somente a partir da segunda revisão tarifária da Companhia, a amortização começou a ser registrada em abril de 2009, haja vista que a referida revisão foi realizada em março de 2009.

As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas desde o 2º ciclo às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infra-estrutura, com base em uma taxa média de 4,43%.

Programa de universalização

Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe acerca de diversos temas importantes para o setor de energia elétrica, tais como a criação do PROINFA, a CDE (Conta de Desenvolvimento Energético) e discorre, ainda, sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL.

Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223, que estabelece as condições gerais para elaboração do plano de universalização de energia elétrica e que foi alterada pela Resolução normativa 368/2009, acrescentando o Art. 18-B que trata das condições de antecipação de obras com recursos aportados pelo consumidor, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Companhia tinha o ano de 2013 como limite para que atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município.

A Companhia avaliou a recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis utilizando o conceito do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

17. FORNECEDORES

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Suprimento de energia elétrica		
Furnas Centrais Elétricas	19.542	20.218
Itaipú (Eletrobrás)	20.841	21.451
Encargo de Uso da Rede	17.356	16.953
Contrato de Uso do Sistema de Distribuição-LIGHT	15.068	15.665
Contrato de Comercialização de Energia em Ambiente Regulado-CCEAR's	24.623	52.284
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica-SPOT	921	774
Outros	5.950	19.498
Materiais e Serviços	<u>97.388</u>	<u>127.726</u>
Total	<u><u>201.689</u></u>	<u><u>274.569</u></u>

18. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional são:

	Encargos de dívida		Principal			
	Circulante		Circulante		Não circulante	
	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
BNDES (Finame) (a)	14	17	2.214	2.215	5.205	6.313
BNDES (Finem) (b)	-	124	-	24.485	-	-
BNDES (Capex) (c)	288	460	64.896	64.896	-	32.448
Eletrobrás (d)	-	3	2.174	1.795	13.683	14.738
Bradesco S.A. 3º contrato (e)	53	66	5.340	5.340	2.670	5.340
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos (e)	4.441	5.174	40.000	40.000	40.000	60.000
Banco Alfa S.A. (e)	3.151	3.233	10.000	10.000	45.000	50.000
Banco Alfa S.A. Capital de Giro (e)	1.632	-	65.000	-	-	-
União dos Bancos Brasileiros S.A. (e)	147	172	5.320	5.320	2.660	5.320
HSBC Bank Brasil S.A. 1º Contrato (e)	793	264	60.000	15.000	30.000	15.000
HSBC Bank Brasil S.A. 2º Contrato (e)	200	1.047	15.000	60.000	7.500	60.000
Banco do Brasil S.A. (e)	7.094	1.016	-	-	100.000	100.000
Banco Itaú S.A. (e)	10	18	6.675	6.674	3.338	6.675
Conta Garantida Bradesco (f)	-	-	30.412	-	-	-
Conta Garantida Santander (g)	-	-	39.469	-	-	-
Total	<u><u>17.823</u></u>	<u><u>11.594</u></u>	<u><u>346.500</u></u>	<u><u>235.725</u></u>	<u><u>250.056</u></u>	<u><u>355.834</u></u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
BNDES (Finame) (a)	20/08/2009	15/12/2014	Mensal	Fiança Bancária	4,50%
BNDES (Finem) (b)	18/08/2005	15/06/2011	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 6,00%
BNDES (Capex) (c)	03/11/2006	15/06/2012	Mensal	Recebíveis e Conta Reserva	TJLP + 5,20%
Eletrobrás (d)	01/06/2004	30/05/2021	Mensal	Recebíveis e Nota Promissória	6,00%
Bradesco S.A. 3º contrato	28/12/2007	03/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
Bradesco S.A. 4º, 5º e 6º contratos	01/02/2008	07/01/2013	Semestral	-	CDI + 1,05%
Banco Alfa S.A.	10/01/2007	30/07/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
Banco Alfa S.A. Capital de Giro	07/01/2011	27/07/2011	Bullet	-	CDI + 0,53%
União dos Bancos Brasileiros S.A.	26/11/2007	30/10/2012	Semestral	-	CDI + 1,15%
HSBC Bank Brasil S.A 1º Contrato	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,95%
HSBC Bank Brasil S.A 2ª Contrato	03/12/2007	03/12/2012	Semestral	Nota Promissória	CDI + 0,85%
Banco do Brasil S.A	04/12/2007	30/10/2013	Bullet	Nota Promissória	CDI + 0,97%
Banco Itaú S.A	28/07/2007	28/12/2012	Semestral	-	CDI + 1,13%
Conta Garantida Bradesco (e)	24/06/2011	21/10/2011	Variável	-	CDI + 2,33%
Conta Garantida Santander (f)	19/05/2011	16/05/2014	Variável	-	CDI + 1,80%

- a. BNDES Finame: Financiamento contratado junto ao banco Safra com repasse de recursos do BNDES para aquisição de equipamentos nacionais.
- b. BNDES Finem - Rede Ampla: Financiamento, no montante de R\$ 165.000, para ampliação da rede de distribuição no período de 2005/2007 da Companhia, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia captou 100% do valor do contrato.
- c. BNDES Capex: Financiamento, no montante de R\$ 301.425, para o plano de investimento 2006/2008 da Companhia, contratado junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. A Companhia sacou 73% do valor do contrato.
- d. Eletrobrás: Empréstimo contratado para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE.
- e. Empréstimos contraídos para atender à necessidade de capital de giro da Companhia.
- f. Conta Garantida Bradesco: Contrato de conta garantida com limite de utilização de crédito de R\$ 50.300.
- g. Conta Garantida Santander: Contrato de conta garantida com limite de utilização de crédito de R\$ 40.000.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Nos financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nas operações de capital de giro, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 30 de junho de 2011:

<u>Contratos</u>	<u>Obrigações especiais financeiras</u>	<u>Limite</u>
BNDES	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
BNDES	Dívida Financeira Líquida / (PL + Dívida Financeira Líquida) (máximo)	0,60
Capital de giro	Dívida Financeira Líquida / EBITDA (máximo)	3,50
Capital de giro	EBITDA / Despesas Financeiras Líquidas (mínimo)	2,00

Em 30 de junho de 2011, a Companhia se encontrava atendendo as cláusulas restritivas descritas acima.

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	113.154	219.108
2013	124.325	124.325
2014	3.994	3.994
2015	2.110	2.110
2016	1.981	1.981
Após 2016	4.492	4.316
Total	<u>250.056</u>	<u>355.834</u>

Segue a variação dos indexadores da dívida acumulados nos trimestres findos em 30 de junho de 2011 e 2010:

<u>Indexador</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
IPCA	1,40%	1,00%
IGP-M	0,70%	2,83%
TJLP	1,47%	1,47%
CDI	2,80%	2,22%
SELIC	2,81%	2,23%

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Segue a mutação de empréstimos e financiamentos sem os efeitos dos custos de captação:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	247.319	355.834	603.153
Ingressos	70.000	-	70.000
Conta garantida	69.882	-	69.882
Encargos	35.263	-	35.263
Transferência de prazo	105.778	(105.778)	-
Amortizações de principal	(134.885)	-	(134.885)
Pagamento de juros	(29.034)	-	(29.034)
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>364.323</u>	<u>250.056</u>	<u>614.379</u>

19. DEBÊNTURES

Segue a composição do passivo de debêntures em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

	<u>30/06/2011</u>		<u>31/12/2010</u>	
	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>	<u>Passivo circulante</u>	<u>Passivo não circulante</u>
Principal atualizado	185.000	449.133	185.000	443.203
Juros incorridos	25.368	-	18.437	-
(-) Custo a amortizar	(566)	(850)	(658)	(1.183)
Total	<u>209.802</u>	<u>448.283</u>	<u>202.779</u>	<u>442.020</u>

Segue a mutação de debêntures no período findo em 30 de junho de 2011:

	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Passivo em 31 de dezembro de 2010	202.779	442.020	644.799
Encargos provisionados	35.049	-	35.049
Encargos pagos	(28.118)	-	(28.118)
Variação monetária	-	5.930	5.930
Custo de transação amortizado	92	333	425
Passivo em 30 de junho de 2011	<u>209.802</u>	<u>448.283</u>	<u>658.085</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Características das emissões:

Série	4ª emissão série única	5ª emissão 1ª série	5ª emissão 2ª série
Forma e espécie	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária)	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária).	Nominativas escriturais / sem Garantia nem preferência (quirografária).
Quantidade de títulos	37.000 debêntures simples	11.533 debêntures simples	13.467 debêntures simples
Valor nominal	R\$ 10	R\$ 10	R\$ 10
Data de emissão	01 de agosto de 2006	15 de dezembro de 2009	15 de dezembro de 2009
Vencimento final	01 de agosto de 2012	15 de dezembro de 2012	15 de dezembro de 2015
Remuneração	Taxa média DI + 0,85% a.a.	Taxa média DI + 1,1% a.a.	Taxa média IPCA + 8,30% a.a.
Pagamento dos juros	Semestral, a partir da data da emissão	Semestral, a partir da data da emissão	Anual, a partir da data da emissão
Amortização programada	Em 2 parcelas iguais, sendo a 1ª ao final do 5º ano a partir da data da emissão e a 2ª na data do vencimento das debêntures	Parcela única na data do vencimento	Em 3 parcelas anuais (Dez/2013 , 14 e 15)

4ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 28 de agosto de 2006, foi aprovada a 4ª emissão das debêntures, que tem como objetivo alongar prazos e reduzir custos de dívida da Sociedade, por meio da liquidação de operações de empréstimos contratados com instituições financeiras a prazos mais curtos e custos mais elevados.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Sociedade está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas Demonstrações Financeiras. Até 30 de junho de 2011, a Companhia vem cumprindo com a manutenção dos referidos índices, na avaliação de sua Administração.

5ª EMISSÃO

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 21 de outubro de 2009, foi aprovada a 5ª emissão das debêntures, que tem como objetivo o pagamento e/ou amortização de dívidas vincendas da Companhia. As debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirografária, em duas séries no montante total de R\$ 250.000.

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras.

Emissão	Obrigações especiais financeiras	Limite
4ª emissão	Dívida Financeira Líquida/ EBITDA (máximo)	2,90
4ª emissão	Dívida Líquida de CP/ EBITDA (máximo)	1,50
4ª emissão	EBITDA/ Despesas Financeira Líquida/ (mínimo)	2,30
5ª emissão	Dívida Financeira Líquida/ EBITDA (máximo)	2,70
5ª emissão	EBITDA/ Despesas Financeira Líquida/ (mínimo)	2,50

Em 30 de junho de 2011, a Companhia se encontrava atendendo as cláusulas restritivas descritas acima.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Curva de amortização do longo prazo das debêntures:

	2012	2013	2014	2015	Total
1ª série - 4ª emissão	185.000	-	-	-	185.000
1ª série - 5ª emissão	115.330	-	-	-	115.330
2ª série - 5ª emissão	-	49.601	49.601	49.601	148.803
(-) Custo de transação	(307)	(221)	(183)	(139)	(850)
Total a amortizar	300.023	49.380	49.418	49.462	448.283

20. TRIBUTOS A PAGAR

	30/06/2011	31/12/2010
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	7.886	13.469
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	7.776	14.984
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	20.785	24.382
Programa de integração social - PIS	4.388	4.993
Imposto sobre serviços - ISS	947	2.232
Outros	3.753	574
Total	45.535	60.634

21. TAXAS REGULAMENTARES

As obrigações a recolher derivadas de encargos estabelecidos pela legislação do setor elétrico são as seguintes:

	30/06/2011	31/12/2010
Conta de consumo de combustível – CCC	9.494	10.386
Recolhimento à conta de desenvolvimento energético – CDE	7.230	7.230
Reserva global de reversão – RGR e outros	2.824	3.295
Encargo de energia reserva - EER (a)	167	968
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos - CFURH	101	101
Encargos ex-isolados (b)	1.458	1.487
Total	21.274	23.467

(a) O encargo de energia de reserva (EER), criado pelo Decreto nº 6.353/2008 e regulamentado pela Resolução Normativa ANEEL nº 337/2008, destinado a cobrir os custos decorrentes da contratação de energia de reserva, incluindo os custos administrativos, financeiros e tributários, a ser rateado entre os usuários de energia de reserva.

(b) A Lei nº 12.111, de 09/12/2009, alterou a Lei nº 9.991/2002, determinando que as concessionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica recolham, mensalmente, ao Tesouro Nacional, até 31/12/2012, o adicional de 0,3% sobre sua Receita Operacional Líquida, para fins de ressarcimento aos Estados da região Norte que tiveram

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

perda na arrecadação de ICMS incidente sobre combustíveis fósseis utilizados para geração de energia elétrica, em virtude da interligação de seus respectivos Sistemas Isolados ao Sistema Interligado Nacional.

22. PARCELAMENTO ESPECIAL

Em 29 de agosto de 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal/Parcelamento Especial – PAES, também conhecido como REFIS II, instituído pela Lei nº 10.684/2003. Tal adesão teve como objetivo o parcelamento de débitos no montante original de R\$ 42.489 (sendo R\$ 18.433 de principal; R\$ 21.231 de atualização pela SELIC; R\$ 2.703 de multa; e R\$ 122 de honorários advocatícios), em 120 meses. Esses débitos são oriundos de notificações fiscais de lançamentos de débito do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS emitidos contra a Companhia no período de outubro de 1996 a julho de 2000, cujos valores se referiam, preponderantemente, a responsabilidade solidária sobre contratações de serviços terceirizados, sobre os quais a avaliação dos consultores da Companhia quanto ao risco de perda das impugnações efetuadas se mostrava provável. O saldo remanescente dessa dívida em 30 de junho de 2011 é de R\$ 15.679 (R\$ 18.578 em 31 de dezembro de 2010).

Em 29 de abril de 2010, a Companhia aderiu ao programa de parcelamento de débitos fiscais, denominado REFERJ, instituído pela Lei Estadual nº 5.647/2010. Por meio desse programa a Companhia optou pelo parcelamento de débitos de ICMS que estavam vencidos até 31 de dezembro de 2008 no montante de R\$ 2.974, sendo R\$ 2.605 de ICMS e R\$ 369 de Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais (FECPS). A esses valores foi somado o montante de R\$ 179 a título de mora. Esse parcelamento terá o prazo de 60 meses, com início em junho de 2010 e término em maio de 2015. O saldo remanescente dessa dívida em 30 de junho de 2011 é de R\$ 2.612 (R\$ 2.890 em 31 de dezembro de 2010).

A movimentação dos saldos do parcelamento especial está demonstrada a seguir:

	30/06/2011			31/12/2010		
	REFIS	REFERJ	Total	REFIS	REFERJ	Total
Saldo inicial	18.578	2.890	21.468	23.940	3.100	27.040
(-) Pagamentos	(6.208)	(819)	(7.027)	(6.194)	(318)	(6.512)
(+) Atualização	3.309	541	3.850	832	108	940
Saldo final	15.679	2.612	18.291	18.578	2.890	21.468
Circulante	6.427	667	7.094	6.305	683	6.988
Não circulante	9.252	1.945	11.197	12.273	2.207	14.480
Total do passivo	15.679	2.612	18.291	18.578	2.890	21.468

23. PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes, montantes dos saldos, natureza das transações e efeitos nas informações trimestrais estão demonstrados a seguir:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	30/06/2011			
	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (Despesa)
ENERSIS AGENCIA (a)				
Diversos	258	20	1.039	(1.362)
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. (c)				
Compra de energia	-	100.828	-	(21.709)
ENDESA BRASIL S.A. (d)				
Conta corrente	424	-	-	-
FUNDAÇÃO BRASILETROS (e)				
Fundo de Pensão	-	-	361.646	(13.073)
Outras	-	161	-	-
Total de transações com partes relacionadas	<u>682</u>	<u>101.353</u>	<u>362.685</u>	<u>(36.144)</u>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	(361.646)	-
Total	<u>682</u>	<u>101.353</u>	<u>1.039</u>	<u>(36.144)</u>

	31/12/2010					30/06/2010
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Intangível	Receita (Despesa)
ENERSIS AGENCIA (a)						
Diversos	-	291	45	2.409	-	(96)
CAM - Companhia Americana de Multiserviços (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	-	-	589	-	5.699	(2.353)
SYNOPSIS BRASIL S.A. (b)						
Adiantamento e fornecedores a pagar	9	-	2.560	-	5.806	(4.075)
ENERTRADE Comercializadora de Energia S.A. (c)						
Compra de energia	-	-	90.806	-	-	(19.163)
ENDESA BRASIL S.A. (d)						
Conta corrente	-	424	-	-	-	-
FUNDAÇÃO BRASILETROS (e)						
Fundo de Pensão	-	-	-	365.212	-	(8.779)
Outras	-	-	18	-	-	1
Total de transações com partes relacionadas	<u>9</u>	<u>715</u>	<u>94.018</u>	<u>367.621</u>	<u>11.505</u>	<u>(34.465)</u>
(-) Plano de previdência privada - Fundação Brasiletros	-	-	-	(365.212)	-	-
Total	<u>9</u>	<u>715</u>	<u>94.018</u>	<u>2.409</u>	<u>11.505</u>	<u>(34.465)</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

(a) Enersis Agência

A Companhia possui um contas a pagar com a empresa Enersis Agência no valor de R\$ 1.059 (R\$ 2.454 em 31 de dezembro de 2010), referente a compra de software.

(b) CAM Brasil Multiserviços Ltda. e Synapsis Brasil S.A.

As empresas CAM Brasil e Synapsis Brasil não fazem parte do grupo econômico dessa Companhia desde o dia 28/02/2011.

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2010 soma R\$ 589 para a CAM Brasil e R\$ 2.560 para a Synapsis Brasil.

(c) Enertrade

As operações com a Enertrade – Comercializadora de Energia S.A referem-se à compra e venda de energia elétrica através do contrato 001/2002 vigente até 30/12/2022.

A Companhia encontrava-se em disputa arbitral com a Enertrade por conta do preço praticado pela compra de energia. O contrato inicial previa um preço de 97,42 R\$/MWh que subsequentemente foi reduzido e homologado pela ANEEL em 72,64 R\$/MWh. A Ampla estava pagando seu contrato de energia com base no valor homologado.

Em 19 de março de 2009, foi dada a decisão arbitral final, onde o tribunal decretou entre outras:

- A extinção do contrato em 28 de agosto de 2006, anulando as obrigações contratuais posteriores que já foram objeto de liquidação;
- Pagamento das diferenças entre o preço da energia previsto no contrato e o valor homologado pela ANEEL com relação ao período compreendido entre o início do contrato até 28 de agosto de 2006, corrigido monetariamente e acrescido de juros de 1% ao mês.

Em razão da decisão arbitral, a Companhia ingressou em maio de 2009 com ação judicial para anular os efeitos da referida sentença arbitral e suspender a sua exigibilidade. Fez-se necessário então, provisionar o valor do laudo arbitral - R\$ 69.029, que atualizado até 30 de junho de 2011 era de R\$ 97.210 (R\$ 87.525 em 31 de dezembro de 2010). Esse valor é atualizado mensalmente, conforme critérios de atualização do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (onde tramita atualmente a ação anulatória).

Ficará constituído o inadimplemento da Ampla quando esta deixar de liquidar qualquer dos pagamentos nas datas de seus vencimentos incidindo sobre o valor principal das parcelas em atraso, após atualizadas monetariamente os acréscimos de juros efetivos de 12% (doze por cento) ao ano calculados “*pro rata die*” e multa de 2% (dois por cento) do valor da fatura em mora.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

As faturas em aberto por meio de contrato de compra de energia montam R\$ 3.618 em 30 de junho de 2011 (R\$ 3.281 em 31 de dezembro de 2010).

(d) Endesa Brasil S.A.

O montante de R\$ 424 (R\$ 424 em 31 de dezembro de 2010) representa contas a receber da Companhia com sua controladora referente a pagamentos de diversos gastos administrativos.

(e) Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS

A Companhia, como mantenedora da Fundação Ampla de Seguridade Social – BRASILETROS, realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira dessa entidade e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como PCA (Plano de Complementação de Aposentadoria) e PACV (Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável).

Como caução da operação, a Ampla oferece os direitos creditórios que possui ou venha a possuir, representado pela arrecadação das contas de energia elétrica efetivamente realizada, até o montante do débito vencido, sendo certo que a arrecadação das importâncias provenientes dos pagamentos dos direitos creditórios será efetuada através da rede bancária autorizada, transferindo os recursos correspondentes para a conta corrente bancária indicada pela Brasiletros.

O total de despesas no trimestre findo em 30 de junho de 2011 foi R\$ 13.073 (R\$ 8.779 em 30 de junho de 2010).

(f) EN Brasil Comércio e Serviços S.A. (Prátil)

A Companhia mantém contrato com a Prátil para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia, efetuando o repasse após a arrecadação. O contrato é datado de 17 de Dezembro de 2009 e seu prazo de vigência é de 04 (quatro) anos contados a partir da data de sua aprovação pela ANEEL.

Em caso de inadimplemento pela Ampla, a Prátil poderá notificá-la para no prazo de 5 (cinco) dias úteis satisfazer plenamente a obrigação descumprida, sob pena de multa não compensatória no valor de 50% (cinquenta por cento) da média mensal de todo valor arrecadado pela Prátil em razão do contrato, sem prejuízo do pagamento de eventuais perdas e danos a que der causa a título de indenização suplementar.

Em 30 de junho de 2011 o saldo do passivo é R\$ 344 (nulo em 31 de dezembro de 2010).

Remuneração da Administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia para o período findo em 30 de junho de 2011 é de R\$ 2.168 (R\$ 2.693 em 30 de junho de 2010).

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Benefícios de curto prazo	2.084	2.602
Benefícios pós-emprego	<u>84</u>	<u>91</u>
Total	<u><u>2.168</u></u>	<u><u>2.693</u></u>

24. PROGRAMAS DE P&D / EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida para os Programas de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Eficiência Energética, distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL.

As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprovam os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado).

A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores registrados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

A seguir apresentamos a composição dos saldos desses passivos:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>	
	Circulante	Circulante	Não Circulante
Programa de Eficiência Energética - PEE	27.366	56.793	-
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	28.966	19.580	6.721
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	824	461	-
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	<u>412</u>	<u>231</u>	-
Total	<u><u>57.568</u></u>	<u><u>77.065</u></u>	<u><u>6.721</u></u>

25. OBRIGAÇÕES COM BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da Ampla, e um na modalidade de contribuição definida (Plano de Aposentadoria de

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Contribuição Variável – PACV), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante.

Os Planos de benefícios de aposentadoria e pensão são avaliados atuarialmente, objetivando mensurar os compromissos da patrocinadora com os planos de benefícios oferecidos a seus empregados e ex-empregados. O saldo registrado em 30 de junho de 2011, no montante de R\$ 361.646 (R\$ 365.212 em 31 de dezembro de 2010), corresponde a totalidade das obrigações da patrocinadora junto ao plano de benefícios.

Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

a) Plano de Complementação de Aposentadoria – PCA (Benefício Definido)

Patrocinadora

Contribui com 5,56% da folha de salários, dos quais 1,59% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes ativos

A contribuição corresponde a percentuais cumulativos em função da faixa salarial, com tabela e em razão do teto da previdência, variando de 1,75% a 10% do salário.

Participantes assistidos

Essa contribuição é definida anualmente com base no resultado do plano de custeio, que corresponde atualmente aos mesmos percentuais cumulativos vigentes para os participantes ativos.

A Companhia reconheceu contabilmente, em 31 de dezembro de 2001, o déficit atuarial, no montante de R\$ 118.221, apresentado no plano de complementação de aposentadoria (PCA), em conformidade com a Deliberação CVM nº 371, de 13 de dezembro de 2000. O referido déficit foi suportado por contrato celebrado em 01 de janeiro de 2002, com a BRASILETROS, através do qual ficou estabelecido que o déficit apurado seria amortizado em um prazo de 20 anos, com carência de 2 anos e meio, com a incidência de juros de 6% ao ano, acrescido da variação ocorrida no índice nacional de preços ao consumidor - INPC.

b) Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável – PACV (Contribuição Definida)

Patrocinadora

Contribui com 4,16% da folha de salários dos participantes ativos, dos quais 0,19% são destinados à cobertura dos benefícios e 3,97% utilizados para cobertura das despesas administrativas.

Participantes Ativos

Os participantes ativos do PACV deverão efetuar a contribuição descrita no Regulamento do Plano, sendo que o percentual médio apurado a partir da população ativa no PACV na data-base da avaliação equivale a 4,77% da folha de salários dos participantes ativos do PACV.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

c) Plano de assistência médica dos aposentados (PAMA)

A Ampla tem por obrigação conceder benefícios de assistência médica somente a ex-funcionários que foram desligados da empresa até 31 de dezembro de 1997 e que comprovaram a condição de afastamento pelo sistema público de pensão. Esses benefícios são de caráter opcional e são custeados pela empresa e pelo usuário em regime pré-pago.

Despesa total reconhecida no resultado:

Despesas total reconhecida no resultado	30/06/2011				30/06/2010			
	Total	PCA	PACV	PAMA	Total	PCA	PACV	PAMA
Custo do serviço corrente	1.806	(17)	1.823	-	1.740	(35)	1.775	-
Custo dos juros	48.996	32.893	8.677	7.426	45.046	31.053	8.720	5.273
Retorno esperado dos ativos do plano	(37.729)	(25.203)	(12.526)	-	(38.006)	(26.083)	(11.923)	-
Total de despesas / (receitas)	13.073	7.673	(2.026)	7.426	8.780	4.935	(1.428)	5.273

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Principais premissas atuariais	Plano de Complementação de Aposentadoria - PCA	Plano de Aposentadoria de Contribuição Variável - PACV	Plano de Assistência Médica
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	10,50%	10,50%	10,50%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	12,09%	12,09%	N/A
Taxa do crescimento salarial	6,59%	N/A	N/A
Taxa de inflação esperada	4,5%	4,5%	4,5%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,5%	4,5%	N/A
Tábua geral de mortalidade (q_x)	AT-2000 básica	AT-2000 básica	AT-2000 básica
Tábua de mortalidade de inválidos (q_x^i)	q_x da AT-49 (+6)	q_x da AT-49	N/A

26. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS E TRABALHISTAS

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Provisões passivas com risco provável

Segue abaixo quadro demonstrativo das provisões passivas em 30 de junho de 2011:

	31/12/2010	30/06/2011			Saldo Acumulado
	Saldo Acumulado	Adições/ Reversões	Atualização Monetária	Pagamentos	
Trabalhistas (a)	184.482	3.332	4.685	(12.205)	180.294
Cíveis (b)	229.791	34.501	5.116	(31.083)	238.325
Fiscais (c)	32.045	(2.274)	2.486	(6.428)	25.829
Total	446.318	35.559	12.287	(49.716)	444.448

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

(a) Riscos trabalhistas

Englobam reclamações trabalhistas de ex-funcionários próprios e empregados de empresas terceirizadas que pleiteiam vínculo empregatício com a Companhia e posterior equiparação em direitos aos empregados desta ou eventuais verbas inadimplidas por suas empresas.

Os principais riscos contabilizados referem-se aos seguintes temas:

- URP (Unidade de Reposição de Preço) – Referente a perdas salariais ocorridas à época do plano econômico do Governo Federal, no montante de R\$ 48.627 em junho de 2011 (R\$ 47.083 em dezembro de 2010);
- Reintegração ao Emprego, R\$ 30.067 em junho de 2011 (R\$ 30.394 em dezembro de 2010);
- Vínculo Empregatício, R\$ 8.103 em junho de 2011 (R\$ 7.357 em dezembro de 2010);
- Horas Extras, R\$ 5.368 em junho de 2011 (R\$ 5.290 em dezembro de 2010);
- Diferenças Salariais, no montante de R\$ 3.473 em junho de 2011 (R\$ 3.362 em dezembro de 2010);
- Adicional de Periculosidade, R\$ 3.161 em junho de 2011 (R\$ 4.012 em dezembro de 2010);
- Acidente de Trabalho, R\$ 2.814 em junho de 2011 (R\$ 3.859 em dezembro de 2010);
- Diferença de FGTS, R\$ 4.683 em junho de 2011 (R\$ 4.503 em dezembro de 2010);
- Reintegração Plano Médico, R\$ 4.466 em junho de 2011 (R\$ 4.324 em dezembro de 2010);
- Enquadramento, R\$ 3.254 em junho de 2011 (R\$ 3.151 em dezembro de 2010);
- Ticket Refeição, R\$ 2.450 em junho de 2011 (R\$ 2.373 em dezembro de 2010);
- Plano de Desligamento Incentivado, R\$ 1.524 em junho de 2011 (R\$ 1.476 em dezembro de 2010);
- Verbas Rescisórias, R\$ 1.092 em junho de 2011 (R\$ 1.058 em dezembro de 2010);
- Danos Morais, R\$ 821 em junho de 2011 (R\$ 792 em dezembro de 2010);
- Abono Salarial, R\$ 531 em junho de 2011 (R\$ 514 em dezembro de 2010).

Os demais processos que compõem o saldo da provisão em 30 de junho de 2011 têm como objeto os mesmos temas citados acima e outros, todos de baixo valor reclamado.

(b) Riscos cíveis

Engloba processos de natureza cível, inclusive consumista, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte da provisão vinculada a processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, cujo montante contabilizado em 30 de junho de 2011 era de R\$ 47.562 (R\$ 44.655 em 31 de dezembro de 2010), indenização por acidentes/morte com energia elétrica no montante de R\$ 20.990 em 30 de junho de 2011 (R\$ 21.213 em 31 de dezembro de 2010), desapropriações no montante de R\$ 31.922 em 30 de junho de 2011 (R\$ 27.179 em 31 de dezembro de 2010), ações

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais no montante de R\$ 18,719 em 30 de junho de 2011 (R\$ 18.633 em 31 dezembro de 2010).

O restante do valor constante na provisão em 30 de junho de 2011 no valor de R\$ 119.132 (R\$ 118.111 em 31 de dezembro de 2010), subdivide-se em ações judiciais envolvendo pedido de indenização por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, suspensão do fornecimento, cobrança indevida de valores e outros de natureza consumeirista.

Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

(c) Riscos fiscais

Os principais riscos fiscais à que a Companhia está exposta são:

ICMS – Pagamento a menor

O Estado de Rio de Janeiro ajuizou Execução Fiscal para cobrar débito tributário decorrente de suposto pagamento a menor no período de fevereiro/1999 a setembro/2000, no valor atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 8.206 (R\$ 7.610 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia apresentou defesa (Embargos à Execução) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS – Créditos fiscais indevidos

A Ampla recebeu dois autos de infração por não ter efetuado os estornos proporcionais de parte dos créditos que apropriou decorrente das entradas de mercadorias destinadas ao seu ativo permanente, como decorrência de ter efetivado fornecimento (saída) de energia elétrica isento ou não tributável, para a CENF (Nova Friburgo) e ELEKTRO (São Paulo). Os mencionados autos referem-se aos períodos de novembro de 1996 a outubro de 1998 e novembro de 1998 a março de 1999 e possuem o valor atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 1.033 e R\$ 457, respectivamente. Ambas as autuações estão aguardando julgamento pelo Conselho Pleno do Rio de Janeiro. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de perda é provável em relação a 80% dos dois autos de infração, motivo pelo qual a Administração optou por registrar uma provisão de R\$ 1.192.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Causas possíveis	
	30/06/2011	31/12/2010
Trabalhistas (a)	109.407	110.750
Cíveis (b)	325.903	311.134
Fiscais (c)	1.287.121	1.229.245
Pequenas causas (d)	159.555	167.699
Total	1.881.986	1.818.828

As principais contingências possíveis são:

(a) Riscos trabalhistas

As principais causas trabalhistas são relacionadas a pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, demissões sem justa causa, etc.

(b) Riscos cíveis

A situação jurídica da Companhia engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais.

(c) Riscos fiscais

Imposto de renda retido na fonte – Emissão de *Fixed Rate Notes* (FRN)

No dia 1º de julho de 2005, a Secretaria da Receita Federal lavrou contra a Sociedade auto de infração em razão de ter entendido que houve perda do benefício fiscal de redução a zero da alíquota do imposto de renda na fonte – IRRF incidente sobre os juros e demais rendimentos remetidos ao exterior, em decorrência de *Fixed Rate Notes* (FRN) emitidos pela Ampla em 1998. Em decisão de 2ª instância a Ampla obteve decisão favorável, em que se declarou a improcedência do Auto. Em janeiro de 2010, a Companhia foi intimada da decisão e do Recurso Especial Apresentado pela Fazenda, o qual aguarda julgamento. Conforme parecer dos advogados externos, a probabilidade de êxito é possível, motivo pelo qual a Administração optou por não contabilizar provisão. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 764.134 (R\$ 742.280 em 31 de dezembro de 2010).

COFINS - Auto de Infração período pós imunidade

A Receita Federal do Brasil lavrou um Auto de Infração para cobrar débitos de COFINS decorrentes de supostos pagamentos a menor no período de dezembro/2001 a junho/2002. A Companhia impugnou o Auto, o qual foi julgado procedente em primeira instância administrativa. A Companhia apresentou recurso voluntário, que foi julgado, em novembro de 2007, parcialmente procedente: procedente para afastar a incidência da COFINS sobre receitas financeiras e improcedente quanto à observância da noventena. A Fazenda e a Companhia apresentaram recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais. Em 24/08/2009 foi apresentado pela Companhia Agravo ao Presidente da Câmara Superior de Recursos Fiscais para admissão do Recurso Especial apresentado. Aguarda-se julgamento do Agravo da companhia e do Recurso Especial apresentado

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

pela Fazenda Nacional. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de junho de 2011, é de R\$ 169.021 (R\$ 164.826 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Prazo de Recolhimento

Em 26 de setembro de 2005, a Companhia foi autuada pela Secretaria de Receita do Estado do Rio de Janeiro, em razão de recolhimento espontâneo, fora do prazo legal estipulado pelo Dec. 31.632/02, de ICMS e do adicional de ICMS destinado ao Fundo Estadual de Combate à Pobreza sem o pagamento dos acréscimos legais. Em decisão de 1ª instância os autos foram julgados procedentes pela Junta de Revisão Fiscal. A Companhia apresentou recurso, o qual aguarda julgamento. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de junho de 2011, é de R\$ 183.209 (R\$ 168.857 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado

A Companhia recebeu três Autos de Infração lavrados para cobrar débitos relativos aos períodos de dezembro/1996 a novembro de 1998, novembro de 1998 a março de 1999 e julho de 1997 a outubro de 1998, sob o argumento de não haver comprovação de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado. Para os três autos de infração a Companhia aguarda decisão de segunda instância administrativa. Os valores atualizados em 30 de junho de 2011 representam respectivamente R\$ 10.227, R\$ 1.575 e R\$ 19.910 (R\$ 9.466, R\$ 1.460 e R\$ 18.418 em 31 de dezembro de 2010).

Adicionalmente, a Companhia ajuizou ação anulatória de débito de ICMS oriundo de auto de infração relativo ao período de nov/98 a mar/99 lavrado sob o argumento de que a Companhia não comprovou os valores de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, no valor atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 14.157 (R\$ 13.132 em 31 de dezembro de 2010). A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial.

ICMS – Compensação de créditos sem comprovação documental

A Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro lavrou um auto de infração sob o argumento de que a Companhia se creditou indevidamente de valores de ICMS (exercício de 1998) sem comprovação documental. A Companhia aguarda decisão por parte do Conselho de Contribuintes. O valor envolvido neste processo, atualizado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 14.335 (R\$ 13.266 em 31 de dezembro de 2010).

ICMS – Saída de bens para reparação

A Companhia ajuizou duas Ações Anulatórias de débitos de ICMS nos valores atualizados em 30 de junho de 2011 de R\$ 10.454 e R\$ 11.298 (R\$ 9.694 e R\$ 10.494 em 31 de dezembro de 2010), cobrados sobre as saídas de bens para reparação sem incidência do tributo, não tendo havido a comprovação do retorno ao estabelecimento de origem no prazo legal de 180 dias, no período de fevereiro/1998 a agosto/2000. A Companhia aguarda decisão de primeira instância judicial nos dois processos.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

ICMS – Cumprimento de decisão judicial

Em 21 de janeiro de 2011 a Secretaria de Fazenda do Rio de Janeiro lavrou duas notas de lançamento com o objetivo de impedir a decadência do seu direito de constituir créditos de ICMS e ICMS-FECP referentes a valores que, por decisão judicial, a Companhia foi obrigada a deixar de incluir nas faturas dos clientes e conseqüentemente de recolher ao Estado. As decisões judiciais foram concedidas em processos em que litigam o Estado do Rio de Janeiro e determinados clientes da Companhia acerca da ilegalidade da incidência do ICMS sobre o valor da demanda contratada. O valor envolvido nesta notas de lançamento é de R\$ 6.889 e a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa.

Taxa de uso de solo

A Companhia possui 7 processos que objetivam a cobrança de Taxa de Uso de Solo pela permanência de instalações fixas em vias e espaços públicos pelos Municípios de Niterói, Itaboraí, Rio Bonito e Rio das Ostras, relativos ao período de 2002 a 2009, os quais perfazem o montante atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 65.401 (R\$ 61.888 em 31 de dezembro de 2010). No processo referente ao ano de 2002, a Companhia aguarda decisão de primeira instância administrativa acerca do auto de infração. Com relação aos processos dos anos de 2003 a 2009, a Companhia está discutindo as cobranças na esfera judicial em um Mandado de Segurança e em cinco Execuções Fiscais, todas aguardam decisão de 1ª instância judicial.

Imposto Sobre Serviços - ISS

Em 30 de maio de 2003, o Município de Cabo Frio lavrou contra a Companhia o auto de infração visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 8.907 (R\$ 8.675 em 31 de dezembro de 2010), relativo ao período de janeiro de 1997 a maio de 2002. A Companhia apresentou Impugnação ao Auto de Infração e aguarda decisão desde maio de 2003.

Em 02 de setembro de 2009, o Município de Niterói apresentou Execução Fiscal contra a Companhia visando à cobrança de débito fiscal no valor atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 1.354 (R\$ 1.289 em 31 de dezembro de 2010), relativo ao período de janeiro de 1999 a julho de 2003. Em março de 2010 a Ampla apresentou sua defesa (Embargos à Execução Fiscal) e aguarda decisão de primeira instância judicial.

Taxa de Empachamento

Em 01 de junho de 2009, Ampla ajuizou em face do Município de Niterói Mandado de Segurança visando suspender a cobrança de Taxa de Empachamento e exigência de licença municipal prévia para que a AMPLA possa executar os serviços e obras de manutenção, reparação e intervenção na rede de distribuição de energia elétrica nas vias e logradouros públicos do Município. O valor atualizado em 30 de junho de 2011 é de R\$ 6.250 (R\$ 5.500 em 31 de dezembro de 2010). Em maio de 2010 a Ampla apresentou apelação em face da sentença que lhe foi parcialmente favorável. Segue pendente de julgamento em segunda instância judicial.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Ativo Contingente

A companhia ajuizou ação ordinária arguindo a inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 ao majorar a base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como a restituição no valor atualizado em 30 de junho de 2011 de R\$ 104.101 (R\$ 101.535 em 31 de dezembro de 2010). A companhia obteve decisão favorável de primeira instância judicial e aguarda o julgamento do recurso apresentado pela União Federal.

(d) Pequenas causas

Os principais processos no JEC são relacionados aos seguintes objetos: interrupção e oscilação temporária de energia, furto de energia, corte, aumento no valor da conta, produtos (seguros), ressarcimento de aparelhos queimados e Serasa.

27. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social está composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

Quantidade de ações ordinárias	30/06/2011 e 31/12/2010 (em unidades)
Ações ordinárias	3.922.515.918.446
Total	3.922.515.918.446

Sua composição acionária tem a seguinte distribuição em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010:

Acionista	30/06/2011 e 31/12/2010	
	Quantidade de ações ordinárias	% de Participação no capital
Endesa Brasil S. A.	1.839.121.933.344	46,90
Chilectra Inversud S.A.	824.607.526.461	21,02
Enersis S.A.	536.591.907.868	13,68
Chilectra S.A.	405.768.824.339	10,34
EDP – Energias de Portugal S.A.	302.176.533.045	7,70
Outros	14.249.193.389	0,36
Total de ações em circulação	3.922.515.918.446	100,00

b) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

c) Reforço de reforço de capital de giro

É composto pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital integralizado, conforme os termos do artigo 27, § 1º, IV do estatuto social da Companhia. A reserva de reforço de capital de giro pode ser usada na absorção de prejuízos, se necessário, para capitalização, pagamento de dividendos ou recompra de ações.

d) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei nº 6.404/76. Os dividendos mínimos da Companhia são de R\$ 28.352 em 31 de dezembro de 2010.

A proposta da administração da Companhia de destinação do lucro do exercício de 2010, aprovada na reunião do Conselho de Administração, realizada em 29 de março de 2011, era de distribuir dividendos no montante de R\$ 51.321, sendo R\$ 22.969 referente a dividendos adicionais. Na AGO realizada em 29 de abril de 2011, os acionistas, por maioria, aprovaram essa proposta.

28. RECEITA LÍQUIDA

A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	(Não auditado)		(Não auditado)		30/06/2011	30/06/2010
	30/06/2011	30/06/2010	30/06/2011	30/06/2010		
Fornecimento faturado-						
Residencial	2.089.212	2.087.463	2.152.735	2.057.605	1.074.981	1.034.140
Industrial	4.818	4.798	680.419	655.139	233.952	238.362
Comércio, serviços e outras	145.593	143.778	1.010.719	970.850	554.210	540.025
Rural	61.317	60.400	111.433	117.886	30.790	32.138
Poder público	12.672	12.285	235.826	214.750	123.043	115.404
Iluminação pública	1.351	1.297	236.362	236.762	66.503	67.664
Serviços públicos	1.178	1.054	147.747	144.309	39.597	39.844
	<u>2.316.141</u>	<u>2.311.075</u>	<u>4.575.241</u>	<u>4.397.301</u>	<u>2.123.076</u>	<u>2.067.577</u>
Fornecimento não faturado					(48.984)	(46.191)
Consumidores, concessionários e permissionários					<u>2.074.092</u>	<u>2.021.386</u>
Suprimento de energia elétrica	14	5	196.999	168.975	20.545	15.507
Baixa renda	-	-	-	-	43.578	83.218
Disponibilidade da rede elétrica	-	-	-	-	124.642	97.572
Receita de construção	-	-	-	-	201.307	145.462
Outras receitas	-	-	-	-	31.118	39.307
Receita operacional bruta					<u>2.495.282</u>	<u>2.402.452</u>
(-) Deduções da receita						
ICMS					(565.386)	(552.201)
PIS					(25.564)	(25.812)
COFINS					(116.940)	(118.889)
ISS					(1.396)	(1.580)
Quota para reserva global de reversão					(28.173)	(25.864)
Subvenções CCC/CDE					(110.577)	(94.686)
P&D e eficiência energética					(13.610)	(13.315)
Encargo Ex-Isolados					(4.280)	-
Total de deduções de receita					<u>(865.926)</u>	<u>(832.347)</u>
Total	<u>2.316.155</u>	<u>2.311.080</u>	<u>4.772.240</u>	<u>4.566.276</u>	<u>1.629.356</u>	<u>1.570.105</u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

29. RESULTADO DO SERVIÇO

As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Descrição	30/06/2011			30/06/2010	
	Custos de operação	Despesas de vendas	Despesas Gerais e Administrativas	Total	Total
Pessoal (inclusive previdência privada)	(39.826)	(1.957)	(24.915)	(66.698)	(67.822)
Material	(4.492)	(2.205)	(270)	(6.967)	(7.071)
Serviços de terceiros	(100.460)	(559)	(13.731)	(114.750)	(122.646)
Energia elétrica comprada para revenda	(619.543)	-	-	(619.543)	(587.193)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(97.900)	-	-	(97.900)	(98.430)
Encargos do serviços de sistema	(31.678)	-	-	(31.678)	(25.326)
Depreciação e amortização	(88.853)	-	(3.267)	(92.120)	(78.801)
PCLD clientes - líquidas	-	(28.253)	-	(28.253)	(44.266)
Provisão para riscos fiscais, civil e trabalhistas	-	-	(35.559)	(35.559)	(24.022)
Taxa de fiscalização da ANEEL	(3.472)	-	-	(3.472)	(3.441)
Custo de construção	(201.307)	-	-	(201.307)	(145.462)
Outros custos operacionais	(5.645)	(3)	(9.495)	(15.143)	(15.422)
Total	(1.193.176)	(32.977)	(87.237)	(1.313.390)	(1.219.902)

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

A composição dos custos com energia elétrica é como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Energia elétrica comprada		
Itaipu Binacional	(92.026)	(106.264)
Enertrade Comercializadora de Energia S.A	(21.131)	(19.163)
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(9.548)	(23.345)
CCEARs - Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado	(276.496)	(237.814)
Light S.A./ Cenf / Elektro	(68.388)	(76.637)
Proinfra	(20.806)	(21.639)
MCSD - Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits	(103.114)	(88.772)
Outros	(28.034)	(13.559)
Sub-total	<u>(619.543)</u>	<u>(587.193)</u>
Encargos de uso rede de transmissão		
Rede Básica	(78.426)	(80.938)
Encargos de Conexão	(10.871)	(9.175)
Outros Encargos	(8.603)	(8.317)
Sub-total	<u>(97.900)</u>	<u>(98.430)</u>
Total	<u><u>(717.443)</u></u>	<u><u>(685.623)</u></u>

A composição de outros custos e outras despesas operacionais é como segue:

<u>Outros custos e despesas operacionais</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Aluguéis	(4.799)	(5.096)
Tributos	(1.194)	(622)
Despesas postais	(1.389)	(1.327)
Despesas gerais	(2.010)	(1.196)
Publicidade e propaganda	(404)	(890)
Indenizações a terceiros	(2.600)	(2.844)
Seguros	(835)	(782)
Estagiários	(827)	(711)
Publicações legais e assinaturas	(195)	(167)
Doações, contribuições e subvenções	(1.179)	(628)
Transporte próprio	(139)	(172)
Perda na desativação de bens e direitos	2.282	-
Ajuste de inventário	(1.771)	-
Outros	(83)	(987)
Total	<u><u>(15.143)</u></u>	<u><u>(15.422)</u></u>

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

A composição do resultado financeiro é como segue:

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	3.258	14.849
Multas e acréscimos moratórios	24.759	23.939
Transações com partes relacionadas	1.362	2
Variações monetárias diversas	2.058	1.353
Receita ativo indenizável	30.498	15.750
Outras receitas/despesas financeiras	3.940	(8.252)
Total	<u>65.875</u>	<u>47.641</u>
Despesas financeiras		
Encargo de dívidas	(35.263)	(32.670)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(12.287)	(31.214)
Encargo de fundo de pensão	(11.267)	(7.039)
Multas e acréscimos moratórios	(4.136)	(1.696)
Transações com partes relacionadas	-	(99)
Variações monetárias debêntures	(5.930)	(7.235)
Variações monetárias diversas	(357)	(6.625)
Juros debêntures	(35.048)	(31.456)
Custo de transação debêntures	(589)	(757)
Indenizações DIC / FIC	(16.449)	(17.244)
Juros Selic s/ P&D	(1.888)	(1.407)
IOF	(2.511)	(1.396)
Outras despesas/receitas financeiras	(10.935)	4.504
Total	<u>(136.660)</u>	<u>(134.334)</u>
Resultado financeiro	<u>(70.785)</u>	<u>(86.693)</u>

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A reconciliação da provisão para o imposto de renda e contribuição social, calculada pela alíquota fiscal, com os valores constantes na demonstração do resultado é apresentada como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	<u>30/06/2011</u>	<u>30/06/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	245.181	263.510
Alíquota nominal	34%	34%
	<u>83.362</u>	<u>89.593</u>
Depreciação Lei 8.200	105	(115)
Diferenças permanentes, líquidas	165	163
Despesas com imposto de renda e contribuição social	<u>83.632</u>	<u>89.641</u>
Correntes	61.966	49.718
Diferidos	21.666	39.923
Total	<u><u>83.632</u></u>	<u><u>89.641</u></u>

31. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E RISCOS OPERACIONAIS

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em 65 municípios do estado do Rio de Janeiro e um município em Minas Gerais. Dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios:

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes e o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber.

b) Risco de escassez de energia

Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

c) Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida. Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Atualmente, o índice de endividamento da Companhia está em patamares abaixo do limite estipulado pelos “covenants” financeiros.

d) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados nas notas explicativas nº 18 e nº 19, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras) e pelo patrimônio líquido da Companhia.

O índice de endividamento no final do período de relatório é o seguinte:

	<u>30/06/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Dívida	1.272.464	1.247.952
Caixa e saldos de bancos (inclusive aplicação financeira)	<u>(29.893)</u>	<u>(63.182)</u>
Dívida líquida (a)	<u>1.242.571</u>	<u>1.184.770</u>
Patrimônio líquido (b)	<u>1.722.049</u>	<u>1.583.469</u>
Índice de endividamento líquido (a/[a+b])	<u>0,42</u>	<u>0,43</u>

(a) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme detalhado nas notas explicativas nº 18 e nº 19.

(b) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia realizou ao longo do exercício operações de contratos futuros de juros. Essas operações foram utilizadas exclusivamente na gestão dos recursos da renda fixa, com objetivo realizar operações de proteção dos títulos detidos à vista, efetuar operações de posicionamento em taxas de juros e trocar de indexadores dos títulos detidos à vista. As estratégias nos mercados futuros são consideradas no conjunto de

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

todos os ativos que fazem parte da carteira, ou seja, seus resultados individuais visam contribuir para a obtenção do resultado global da parcela de renda fixa, estabelecido na política de investimentos.

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Entretanto, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Para minimizar esse risco, a Companhia busca a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos no resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros e índices de inflação no 2º trimestre de 2011 fossem iguais as esperadas para o ano de 2011, segundo projeções baseadas na curva futura de dólar da BM&F:

30/06/2011	Aumento / Redução em pontos base	Efeitos	
		No resultado	No patrimônio líquido
Passivos financeiros			
CDI	0,20%	(501)	(501)
TJLP	0,00%	-	-
IPCA	-1,07%	67	67

f) Risco de Liquidez

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados nos fluxos de caixa projetado:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Taxa média de juros efetiva	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
Em 30 de junho de 2011							
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4,84%	530	936	4.117	16.067	6.106	27.756
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	12,10%	131.236	11.845	249.689	267.772	-	660.542
Debêntures	12,75%	207.405	-	40.134	511.298	-	758.837
		<u>339.171</u>	<u>12.781</u>	<u>293.940</u>	<u>795.137</u>	<u>6.106</u>	<u>1.447.135</u>
Em 31 de dezembro de 2010							
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4,83%	432	842	4.210	18.459	8.070	32.013
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	10,99%	44.859	20.926	224.746	384.242	-	674.773
Debêntures	11,62%	21.011	-	234.525	523.736	-	779.272
		<u>66.302</u>	<u>21.768</u>	<u>463.481</u>	<u>926.437</u>	<u>8.070</u>	<u>1.486.058</u>

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, a Companhia utiliza como opção de curto prazo a conta garantida que tem contratada. Abaixo segue tabela referente à posição final dos períodos findos em 30 de junho de 2011 e em 31 de dezembro de 2010 quanto à utilização da conta:

Conta Garantida	30/06/2011	31/12/2010
Contratada	90.300	40.000
Utilizada	69.881	-

g) Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos e taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Categoria	Nível	30/06/2011		31/12/2010		
		Contábil	Valor Justo	Contábil	Valor Justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa	Valor justo por meio de resultado	2	29.745	29.745	37.568	37.568
Outros ativos financeiros	Valor justo por meio de resultado	2	148	148	25.614	25.614
Cauções e depósitos vinculados	Empréstimos e recebíveis	2	48.291	48.291	59.104	59.104
Consumidores concessionários	Empréstimos e recebíveis	2	536.369	536.369	488.607	488.607
Ativo indenizável (concessão)	Disponível para venda	3	451.981	451.981	416.918	416.918
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	Empréstimos e recebíveis	2	614.379	614.765	603.153	600.186
Debêntures	Empréstimos e recebíveis	2	658.085	657.460	644.799	637.658
Fornecedores	Empréstimos e recebíveis	2	201.689	201.689	274.569	274.569

As aplicações financeiras registradas nas informações trimestrais aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados e apresentam liquidez imediata.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do Valor Justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos Níveis Hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros, conforme instrução 475/2008 da CVM

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela BM&F:

<u>Indexador do Contrato</u>	<u>30/06/2011</u>	<u>Cenário + 25%</u>	<u>Cenário + 50%</u>
CDI	90.045	109.561	128.597
IPCA	24.563	27.466	30.320
TJLP	6.371	7.180	7.978
FIXO	1.254	1.254	1.254
TOTAL	122.233	145.461	168.149

32. COMPROMISSOS

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

	Vigência até	2012	2013	2014	2015	2016	Após 2016
ITAIPU	2023	194.744	201.015	214.809	225.344	230.481	6.553.487
PROINFA	2030	43.145	45.179	47.212	49.289	51.401	2.363.830
ENERTRADE	2022	44.384	46.255	48.336	50.512	52.929	370.675
CCEAR 2005	2012	224.056	-	-	-	-	-
CCEAR 2006	2013	199.359	208.755	-	-	-	-
CCEAR 2007	2014	34.515	36.142	37.768	-	-	-
CCEAR 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	4.770	4.995	5.220	-	-	-
CCEAR2008 - Energia Existente	2015	54.757	57.338	59.918	62.554	-	-
Trocas Livres 2005 - Energia Existente	2012	42.800	-	-	-	-	-
Trocas Livres 2006 - Energia Existente	2013	49.745	52.090	-	-	-	-
Trocas Livres 2007 - Energia Existente	2014	10.227	10.709	11.191	-	-	-
Trocas Livres 2007 - Energia Existente (A-1)	2014	1.276	1.336	1.396	-	-	-
Trocas Livres 2008 - Energia Existente	2015	21.436	22.446	23.456	24.488	-	-
Trocas Livres 2009 - Energia Existente	2016	42.739	44.754	46.768	48.825	50.917	-
CCEAR2008 - Energia Nova	2022/2037	19.942	20.882	21.822	22.782	23.758	233.704
CCEAR2009 - Energia Nova	2023/2038	31.610	33.100	34.589	36.111	37.659	361.200
CCEAR2009 - Energia Nova (A-3)	2023/2038	34.235	35.849	37.462	39.111	40.786	1.071.139
CCEAR2010 - Energia Nova	2024/2039	84.508	88.491	92.473	96.542	100.679	2.414.768
CCEAR2011 - Energia Nova	2025/2040	46.523	48.715	50.908	53.147	55.425	1.453.726
CCEAR2010 - Energia Nova (A-3)	2024	9.146	9.577	10.008	10.448	10.896	104.203
CCEAR2012 - Energia Nova (A-5)	2026/2041	114.016	119.390	124.762	130.252	135.833	2.984.386
CCEAR2012 - Energia Nova (UHE Santo Antonio)	2041	133	12.497	33.252	52.063	55.164	2.501.290
CCEAR2013 - Energia Nova (UHE Jirau)	2042	-	32.121	62.656	91.564	113.536	5.221.265
CCEAR2011 - Energia Nova (A-3)	2025	32.502	34.034	35.565	37.130	38.721	425.273
CCEAR2013 - Energia Nova (A-5)	2027/2042	-	416.718	435.470	454.631	474.111	7.222.188
Total	-	1.340.568	1.582.388	1.435.041	1.484.793	1.472.296	33.281.134

Os valores relativos aos contratos de compra de energia representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2010 que foram homologados pela ANEEL.

33. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS

A Companhia implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei no 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei no 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Empresa até sua respectiva área, além de uma avaliação comportamental para cada colaborador. O montante dessa participação para o período findo em 30 de junho de 2011 foi de R\$ 3.730 (R\$ 4.599 em 30 de junho de 2010).

34. COBERTURA DE SEGUROS

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, com o valor em risco no montante global de R\$ 662.363, cobertura de lucros cessantes no total de R\$ 995.980 e com uma cobertura por eventos de danos materiais combinado a perda de benefícios no montante de R\$ 54.018. A Companhia também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de R\$ 270.090 por sinistro ou agregado anual. Ambos os programas tem validade no período compreendido de 30 de junho de 2010 a 30 de junho de 2011.

O prêmio total de R\$ 1.669 corresponde a R\$ 1.111 de riscos operacionais e R\$ 558 de responsabilidade civil.

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia por sinistro
	De	Até		
Risco operacional	30/06/2010	30/06/2011	662.363	54.018
Responsabilidade civil geral	30/06/2010	30/06/2011	n/a	270.090

A partir de 1º de julho de 2011, as apólices serão renovadas de acordo com a política adotada no programa mundial do grupo Endesa e sempre com seguradoras de primeira linha (*rating* mínimo S&P, equivalente a nível A).

35. EVENTO SUBSEQUENTE

6ª emissão de debêntures

Em Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 30 de maio de 2011, foi aprovada a 6ª emissão de debêntures. Referidas debêntures são simples, não conversíveis em ações, nominativas e escriturais, da espécie quirográfica, em duas séries no montante total de R\$ 300.000. A 1ª série possui um montante de R\$ 117.000 com encargos financeiros indexados ao CDI, acrescido de taxa fixa de 1,2% a.a. e pagamentos em duas parcelas anuais previstas para 16/06/2014 e 15/06/2015. A 2ª série possui um montante de R\$ 183.000 com atualização monetária indexada ao IPCA, acrescida de taxa de juros fixa de 7,9% a.a., com pagamentos em três parcelas anuais previstas para os dias 15/06/2016, 16/06/2017 e 15/06/2018. Referidos montantes foram recebidos pela Companhia nos dias 15 e 18 de julho de 2011, respectivamente.

Contrato de compra e venda de ações

Em 4 de agosto de 2011, a Endesa Latinoamérica S.A. (“Endesa Latam”) celebrou com a EDP – Energias de Portugal S.A. (“EDP”) um contrato de compra e venda de ações com condição suspensiva, por meio do qual a Endesa Latam (ou outra parte relacionada que indique) adquirirá as 302.176.533.045 ações ordinárias de propriedade da EDP e representativas de 7,70% do capital social da Companhia. A operação está sujeita à aprovação de algumas autoridades regulatórias no exterior.

Após a consumação do negócio, estimada para ocorrer no quarto trimestre do corrente exercício, a Endesa Latam (ou outra parte relacionada que indique), direta ou indiretamente, realizará uma Oferta Pública para aquisição da totalidade das ações da Companhia remanescentes no mercado, nos termos e condições previstos na legislação e demais regulamentações em vigor.

Para os devidos fins, informa-se que: (i) a operação acima tem por objetivo o aumento da atual participação de controle da Endesa Latam sobre a Companhia, resultante do interesse manifestado por EDP em vender sua participação minoritária; (ii) a Endesa Latam já era controladora da Companhia antes da eventual consumação desta operação, possuindo indiretamente, por meio de sociedades que controla direta e/ou indiretamente, 3.606.090.192.012 ações ordinárias representativas de 91,93% do capital social total da Companhia; (iii) a consumação desta operação não implicará em alteração da composição de controle ou da estrutura administrativa da Companhia; (iv) a Endesa Latam não detém, direta ou indiretamente, quaisquer bônus ou outros direitos de subscrição de ações, opções de compra de ações ou debêntures conversíveis em ações da Companhia; e (v) não há em vigor

Ampla Energia e Serviços S.A.
Notas Explicativas

qualquer acordo de acionistas ou contrato registrado regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de emissão da Companhia.

Essa operação foi divulgada ao mercado por meio de Fato Relevante em 05 de agosto de 2011.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Ampla Energia e Serviços S.A.
Niterói - RJ

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Ampla Energia e Serviços S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de junho de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e as das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA) referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2011, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de qualquer fato que nos leve a acreditar que não tenha sido elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão dos valores correspondentes ao exercício anterior

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010 e aos períodos de três e seis meses findos em 30 de junho de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente auditados e revisados por outros aes independentes que emitiram relatórios datados em 29 de março de 2011 e 30 de maio de 2011, respectivamente, que não contiveram quaisquer modificações.

Rio de Janeiro, 08 de agosto de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6 - F - RJ

Márcio F. Ostwald
Contador CRC - 1RJ 086.202/O-4